

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

**Análise Psicossocial do Bem-estar de Trabalhadores de
um Centro de Reabilitação de Goiânia**

Juliana Xavier Santos

Goiânia
2009

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia

Análise Psicossocial do Bem-estar de Trabalhadores de um Centro de Reabilitação de Goiânia

Juliana Xavier Santos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Raquel Rosas Torres

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autora: Juliana Xavier Santos

Título: Análise Psicossocial do Bem-estar de Trabalhadores de um Centro de Reabilitação de Goiânia.

Data da Apresentação: novembro/2009

Examinadores:

Dra. Ana Raquel Rosas Torres

Presidente – Professora Titular do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás

Dra. Daniela Sacramento Zanini

Membro convidado interno – Professora Titular do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás

Dr. Elias Nazareno

Membro convidado externo – Universidade Federal de Goiás

Dra. Kátia Macedo Barbosa

Membro convidado suplente – Professora Titular do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Católica de Goiás

Aos meus pais, **Maria Helena e Wanduil**, que não mediram esforços no decorrer de toda minha formação e me ensinaram que a partir dos estudos e da dedicação eu conseguiria vencer na vida. A minha orientadora **Ana Raquel** pela paciência, dedicação e vasto conhecimento que possibilitou a minha transformação profissional.

Agradecimentos

A *Deus*, por estar sempre ao meu lado, me guiando e me dando forças para superar todas as dificuldades encontradas no decorrer dessa caminhada.

A toda *equipe do Crer*, que possibilitou não só o desenvolvimento de minha pesquisa, mas as ausências exigidas pela minha condição de mestranda.

A minha *família*, que compreendeu e tolerou todo o meu nervosismo e meus momentos de silêncio.

Ao *Humberto*, que do seu jeito torceu pela minha vitória.

À minha orientadora *Ana Raquel Rosas Torres* que apostou em mim e possibilitou minha entrada no mestrado, auxiliando na minha transformação pessoal e profissional.

Ao meu grupo, *Thiago e Rosely*, que me apoiaram nos momentos difíceis e compartilharam comigo as minhas vitórias.

E a *todas as pessoas* que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Sumário

Folha de Avaliação.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Sumário.....	iv
Lista de Tabelas.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1 – Estudos sobre o bem-estar.....	5
Capítulo 2 – Crença no mundo justo.....	17
Capítulo 3 – Locus de controle.....	27
Capítulo 4 – Artigo.....	36
Método.....	45
Resultados.....	47
Discussão.....	54
Referências.....	58

Lista de Tabelas

Tabela 1. Porcentagens de participantes em cada categoria profissional pesquisada....	45
Tabela 2. Cargas fatoriais dos itens da escala Locus de controle.....	49
Tabela 3. Cargas fatoriais dos itens da escala de Crença no mundo justo.....	51
Tabela 4. Médias (e desvio padrão) das variáveis formadas a partir das análises fatoriais.....	53
Tabela 5. Regressão múltipla tendo como variável critério o índice de bem-estar e como variáveis antecedentes os índices de crença no mundo justo e locus de controle.....	54

Resumo

O objetivo principal deste estudo foi analisar o bem-estar dos trabalhadores da saúde vinculados ao Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), relacionando-o com a adesão à crença no mundo justo e com o locus de controle. Crença no mundo justo refere-se ao fato das pessoas acreditarem que o que se recebe ocorre por mérito, assim como, quando são castigadas, também o são por merecimento. Já locus de controle é a maneira pela qual o indivíduo percebe a relação entre seus esforços e o resultado desses esforços, sendo que aquele que tem a clareza dessa relação é internamente orientado, e aquele que não a tem, é externamente orientado. A partir dos estudos revisados, pressupôs-se que os participantes que apresentassem alta crença no mundo justo teriam, conseqüentemente, alto nível de bem-estar e o inverso também aconteceria, baixa crença no mundo justo, baixo nível de bem-estar. Quanto a relação entre locus de controle e bem-estar, os participantes com locus de controle interno apresentariam alto nível de bem-estar e aqueles com locus de controle externo, baixo nível de bem-estar. Participaram do estudo 146 profissionais, com formação variando entre nível médio e superior. O questionário era composto de dados sócio-demográficos, escalas de bem-estar físico e psicológico, locus de controle e crença no mundo justo. Os resultados mostram que os participantes apresentam alto nível de bem-estar, alta crença no mundo justo, alto locus de controle externo, baixa crença no mundo justo e baixo locus de controle interno. Os resultados da regressão múltipla mostram uma relação positiva entre locus de controle externo e bem-estar, e uma relação negativa entre locus de controle interno e bem-estar. Não houve resultados significativos na relação entre crença no mundo justo e bem-estar. Estes resultados são discutidos ressaltando que as diferenças com a literatura devem-se muito mais à maneira como os instrumentos foram construídos do que a inconsistências teóricas.

Palavras-chave: bem-estar, crença no mundo justo, locus de controle.

Abstract

The aim of this study was to assess the well-being of health workers linked to the Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), relating it with the accession to a belief in a just world and the locus of control. Belief in a just world is related to the fact that people believe that what is received is by merit, and when they are punished, it is also by merit. Locus of control is the way the individual perceives the relationship between their efforts and the outcome of these efforts, and who has this notion of relationship is internally oriented, and those who do not, is externally oriented. From the studies reviewed, it is assumed that participants who show high belief in a just world would, therefore, have high levels of well-being and the inverse also happens, low belief in a just world, low level of well-being. As to the relationship between locus of control and well-being, participants with internal locus of control would present high level of well-being and those with external locus of control would have low level of well-being. Took part in the study 146 professionals, ranging from high school to university level. The questionnaire consisted of socio-demographic data, scales of physical well-being and psychological locus of control and belief in a just world. The results showed that participants have a high level of well-being, high belief in a just world, high external locus of control, low belief in a just world and low internal locus of control. The results of multiple regressions showed a positive relationship between external locus of control and well-being, and a negative relationship between internal locus of control and well-being. There were no significant results in the relationship between belief in a just world and well-being. These results are discussed emphasizing the differences within the literatures about it are due, more to, how the instruments were built than the theoretical inconsistency.

Keywords: Well-being, belief in a just world, locus of control.

Introdução

Ao longo da vida, os indivíduos trabalhadores de diversas especialidades buscam a felicidade, embora não saibam direito o que é, qual o seu cheiro, sabor ou formato. Ouvem-se especialistas dizerem que à medida que se corre atrás da realização dos sonhos, batalha-se pela conquista de cada um deles e, por fim, alcança-se a almejada felicidade. Tudo é feito muito depressa, com a melhor das intenções, e a pessoa acaba passando pela vida, sem que a vida passe por ela. Vive-se atrás de algo que está cotidianamente ao lado. Deve-se, procurar a felicidade e não outro objetivo? Ou melhor, o que vem a ser felicidade?

Diante desse questionamento, o objetivo deste trabalho é analisar o bem-estar dos trabalhadores da saúde vinculados ao Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), relacionando-o com a adesão à crença no mundo justo e com o lócus de controle.

Os estudos sobre bem-estar dos trabalhadores têm-se tornado cada vez mais frequentes, em virtude da necessidade de se compreender o que vem a ser a felicidade e ainda os aspectos positivos que envolvem a experiência humana.

A decisão de investigar o bem-estar desses trabalhadores justifica-se pelo perfil do paciente atendido nesta instituição, ou seja, o cotidiano vivenciado em seu ambiente laboral. O tratamento realizado no Crer busca promover a reabilitação física e mental, assim como a readaptação do paciente às suas limitações. Esta instituição atende a uma população específica, portadores de deficiência física e auditiva, portanto, os profissionais que lá trabalham lidam diariamente com situações concretas de limitações no âmbito de sua atuação. Limitação por não atender à expectativa maior do paciente – deixar de ser um deficiente físico ou auditivo.

O tempo de tratamento do paciente no Crer pode variar entre seis meses e sete anos (tempo atual de existência da instituição), sendo que o atendimento ocorre no mínimo duas e no máximo cinco vezes por semana, o que facilita muito o desenvolvimento de vínculos entre o paciente e o profissional que o atende. Esse vínculo pode transcender o lado profissional, tornando-se também afetivo. O trabalhador passa a fazer parte da vida do paciente e vice-versa. Vida que inclui questões familiares, sociais, econômicas, dentre outros aspectos.

Ainda nos anos 1950, os conceitos de bem-estar, ajustamento e saúde mental eram confundidos com a terminologia felicidade. A proposta de se estudar felicidade se baseou no senso de satisfação na vida. O que deixa uma pessoa feliz? E como permanecer feliz? Essas questões, de difícil resposta, devem ter indicadores que possibilitem a sua mensuração.

Os estudiosos do bem-estar subjetivo, uma das subdivisões da terminologia bem-estar, assinalam que os indicadores sociais são insuficientes para avaliá-lo, em virtude de seu componente subjetivo. Em uma mesma situação, duas pessoas podem ter reações diferentes, por existir a subjetividade de cada uma, o que influencia a maneira de vivenciar a situação (Diener & Suh, 1997).

Veenhoven (1991) definiu felicidade a partir do conceito de auto-apreciação da vida, por considerar a possibilidade de sua definição e medição e, ainda, por existir dados empíricos que permitem respostas às questões levantadas. A auto-apreciação da vida é envolvida por dois aspectos centrais: afetivo (nível hedônico) e cognitivo (contentamento), sendo o afetivo voltado para como o indivíduo se sente cotidianamente, e o cognitivo ao grau em que o indivíduo percebe a concretização de suas aspirações. Auto-apreciação ou bem-estar subjetivo envolve aspectos individuais

como satisfação no trabalho e auto-estima, e aspectos coletivos como crença no progresso nacional e moral grupal.

Satisfação na vida, outra terminologia correlacionada ao bem-estar, é conceituada como “degree to which an individual judges the overall quality of his life-as-a-whole favourably.” (Veenhoven, 1991, p. 10). Em linhas gerais seria o mesmo que dizer que o indivíduo está satisfeito com a vida que leva; e o conceito de felicidade poderia ser utilizado como sinônimo.

Lerner (1980) estudioso da teoria de crença no mundo justo, outro pilar teórico deste estudo, afirma que os indivíduos, ao longo da vida, extraem os fatos que consideram importantes das situações observadas ou experiências vividas e constroem suas hipóteses e justificativas para o acontecimento dos fatos.

Essas hipóteses construídas se tornam referência no momento em que uma situação se repete. A crença então construída virá à tona toda vez que o indivíduo se perceber na mesma situação, ou ainda numa situação semelhante vivida anteriormente (Lerner, 2002).

De acordo com Dalbert (2001), a teoria de crença no mundo justo possui três importantes funções: as pessoas acreditam que serão bem tratadas por outras pessoas, há uma estrutura conceitual que permite as pessoas interpretarem os eventos pessoais de suas vidas de maneira significativa, e o bom comportamento torna-se uma obrigação pessoal. Assim, a crença pode ser considerada um importante recurso que possibilita às pessoas lidarem, com êxito, com os desafios impostos cotidianamente.

Quanto ao locus de controle, Spector (1988), afirma ser uma variável relacionada à personalidade que abarca expectativas individuais generalizadas de que situações que envolvam recompensas, reforços e resultados de ações pessoais são controlados por fontes externas, ou, ainda, por fontes internas.

Corroborando com este pensamento, Lefcourt (1991), afirma que o locus de controle refere-se ao princípio de que determinadas estruturas internas podem explicar o porquê de certas pessoas conseguirem lidar tranquilamente com situações difíceis, enquanto outras sucumbem a uma série de emoções negativas. Baseia-se numa expectativa generalizada, que promove a ligação entre as características e/ou ações pessoais e as experiências passadas.

Locus de controle, assim como o sentimento de impotência, está relacionado às crenças que os indivíduos têm acerca da relação entre ação e resultado. Seligman (1975) descreve o locus de controle externo, uma das ramificações de locus de controle, como uma crença generalizada de que os resultados não são determinados exclusivamente por esforços pessoais. Enquanto que no locus de controle interno, os resultados estão relacionados às próprias ações do indivíduo.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, tem-se no primeiro capítulo a exposição da teoria de bem-estar, apresentando de maneira detalhada as suas subdivisões – subjetivo, psicológico, social e no trabalho, e ainda os estudos efetuados nessas áreas. No segundo capítulo fala-se da crença no mundo justo e em como essa crença pode impactar no modo que o indivíduo avalia os fatos que ocorrem ao seu redor. O terceiro capítulo é destinado à teoria de locus de controle e as suas ramificações – interno, externo e impessoal. O quarto capítulo dedica-se ao artigo e, em seguida os resultados e a discussão desses resultados.

Capítulo 1:

Estudos sobre o bem-estar

O termo bem-estar nada mais é que um nome científico criado para se falar de felicidade, apesar de Diener (1984) afirmar que esses termos não podem se equivaler, em virtude, da felicidade ser avaliada num âmbito social, enquanto que bem-estar é avaliado no nível pessoal. Social pela sua amplitude de atuação – saúde, educação, política, renda, conquistas, dentre outros. Mas se bem-estar é a avaliação que uma pessoa faz sobre sua vida, então *vida* está relacionada com o social, portanto, com felicidade.

Para Diener, Scollon e Lucas (2003), a felicidade envolve as experiências e as potencialidades que uma pessoa adquire no decorrer de sua vida. Veenhoven (1996; 2003) afirma que a felicidade acontece no indivíduo consciente, pois ele consegue medir o grau e a duração dos momentos felizes que já viveu no decorrer de sua vida. Esse autor divide ainda a felicidade em macro, meso e micro. O plano macro relaciona-se à sociedade, com seu senso de justiça e liberdade, assim como suas riquezas e diretrizes políticas. O plano meso refere-se à organização do trabalho, com suas possibilidades de suporte e autonomia do trabalhador. A responsabilidade individual, com suas limitações e habilidades, encontra-se no plano micro.

Esses autores também afirmam que a felicidade envolve diversos aspectos, como satisfação com a vida, prazer, emoções e sentimentos positivos. Por isso, muitos pesquisadores preferem utilizar o termo bem-estar pela possibilidade de sua abrangência. (Diener, Scollon & Lucas, 2003).

A memória tem um efeito sobre o complexo sentimento de bem-estar atual. Ela representa uma fonte direta de felicidade ou infelicidade, e também afeta os critérios

pelos quais os eventos atuais serão avaliados. Em outras palavras, os eventos hedônicos mais marcantes influenciam as avaliações posteriores de bem-estar de duas maneiras: por meio de um efeito de doação e de um efeito contrário. A doação depende, essencialmente, da qualidade e da intensidade do evento, ao passo que o contraste depende da sua similaridade ou relevância para acontecimentos posteriores.

A expectativa também tem um papel fundamental na avaliação do bem-estar. De acordo com Feather (1966) e Shrauger (1975), um mesmo evento pode ser percebido com maior ou menor satisfação, dependendo do grau de expectativa introduzida nesse evento.

Parducci (1968, citado por Diener, Sandvik & Pavot, 1991) desenvolveu a teoria da gama de frequências que prevê que a intensidade das experiências positivas e negativas se influenciam mutuamente. Solomon (1980, citado por Diener, Sandvik & Pavot, 1991) formulou a teoria do processo adversário, que apoia o argumento atual, o qual sugere que muitas vezes existe um custo emocional intenso para as experiências positivas, especialmente aquelas que são repetidas, e uma vez retiradas, o sentimento negativo surge com a mesma intensidade.

Em linhas gerais, os acontecimentos relativos à intensidade são mais rapidamente esquecidos, se comparados com o número de vezes que o mesmo evento acontece na vida de um indivíduo. O ser humano é, por constituição, biologicamente limitado para experimentar sentimentos intensos positivos (Freud, 1930). Acontecimentos intensamente positivos não ocorrem com tanta frequência e, à medida que se acumulam, perdem seu caráter de intensidade (Diener, Sandvik & Pavot, 1991).

É certo que o julgamento acerca do bem-estar não pode se basear apenas em relação àquilo que o indivíduo pensa a respeito de um determinado evento, mas também como ele se sente em relação a esse evento. Estudos de Blaney (1986), Bower (1981),

Isen (1984), citados por Diener, Sandvik e Pavot (1991), mostram que indivíduos questionados acerca de seu bem-estar geral, se estão vivenciando um momento satisfatório, tendem a avaliar de maneira positiva o seu bem-estar geral, e o contrário é também verdadeiro. Portanto, há necessidade de diferenciar o estado de humor da condição de bem-estar.

Outro estudo a ser considerado é o de Smith (1979, citado por Strack, Argyle & Schwarz, 1991). O autor observa que a condição de bem-estar apresenta níveis mais elevados quando as perguntas são feitas face a face, do que por questionário enviado aos entrevistados. Este fato indica que os efeitos da autoapresentação são moderados pelas características do entrevistador.

O bem-estar pode ser dividido, de maneira didática, em quatro subtipos: subjetivo, psicológico, social e no trabalho. O bem-estar subjetivo refere-se à satisfação geral com a vida, os afetos positivos e negativos. Siqueira e Padovam (2008) afirmam que um nível satisfatório de bem-estar subjetivo está relacionado à elevada satisfação com a vida, alta frequência de experiências emocionais positivas e baixa frequência de experiências emocionais negativas.

Campbell (1976) e Diener (1984) categorizam o bem-estar subjetivo em três partes: a) qualidades desejáveis, com que se define o que é desejável; b) avaliação individual, que se relaciona à satisfação de vida do indivíduo, tendo critérios mais subjetivos; c) emoções prazerosas, que ressaltam a prevalência de afetos positivos sobre afetos negativos.

Resumindo, o bem-estar subjetivo é dividido em três dimensões – satisfação geral com a vida, humor positivo e humor negativo. Um mesmo indivíduo pode apresentar, em maior ou menor grau, momentos de satisfação com a vida, momentos de alegria, de tristeza, dificuldade, dentre outros.

É importante ressaltar que, mesmo com essas nuances, existe um certo *padrão de equilíbrio*, ou seja, o bem-estar subjetivo apresenta um equilíbrio dinâmico, que somente é afetado quando os fatos que envolvem a história do indivíduo fogem desse *padrão de equilíbrio*. A personalidade também é um fator que pode influenciar a maneira como a pessoa reage diante de um determinado evento, afetando conseqüentemente o seu bem-estar subjetivo (Albuquerque & Tróccoli, 2004; Headey & Wearing, 1991).

Ainda considerando o *padrão de equilíbrio*, Brickman e colaboradores (1978), afirmam que o indivíduo tende a reagir intensamente aos acontecimentos de sua vida, no entanto, passado o momento de euforia, o nível de felicidade ou bem-estar torna-se novamente estável.

De maneira geral, pode-se dizer que as investigações sobre bem-estar subjetivo têm como objeto de estudo a avaliação que uma pessoa faz sobre sua própria vida. Bem-estar é considerado um termo *guarda-chuva*, por incluir um grande número de conceitos que se relacionam ao modo como as pessoas pensam e agem sobre suas vidas (Diener, Scollon & Lucas, 2003).

Alguns autores (Lykken & Tellegen, 1996; McCrae & Costa Jr., 1994; Veenhoven, 1991) afirmam existir certos antecedentes do bem-estar subjetivo: a hereditariedade, aspectos da personalidade, condições de vida mutáveis e informações acessíveis atualmente. A hereditariedade é considerada um fator estável do bem-estar subjetivo, existindo, portanto, uma influência genética entre um fato ocorrido e a maneira como a pessoa se porta diante daquele fato. Os aspectos da personalidade estão relacionados à autoestima, extroversão e neuroticismo, por exemplo. As condições de vida mutáveis referem-se ao ajuste entre as condições externas e a capacidade interna da pessoa. O último antecedente, informações acessíveis atualmente, trata do modo como a

pessoa responde a uma pergunta de bem-estar – se recentemente ocorreu um evento positivo, ela avaliará seu bem-estar de maneira positiva, e vice-versa.

Pesquisas realizadas por Chan e Joseph (2000) demonstraram que existe uma forte correlação entre traços de personalidade e bem-estar subjetivo. Indivíduos extrovertidos que participavam mais efetivamente de atividades sociais apresentavam mais emoções positivas e prazerosas e condutas como sorrir, perguntar, dialogar e concordar. Já indivíduos com traços de neuroticismo evidenciam mais emoções negativas e sem prazer.

Brebner e colaboradores (1995) também realizaram estudo buscando a correlação entre bem-estar e personalidade e identificaram que o neuroticismo se mostrava negativamente associado a medidas de felicidade, ao passo que extroversão se relacionava positivamente a ela.

Um estudo longitudinal realizado por Headey e Wearing (1991), entre os anos 1981 e 1987 – *Painel de estudo da qualidade de vida vitoriana* – tenta explicar as mudanças que ocorrem no bem-estar subjetivo dos indivíduos. O resultado desse estudo demonstrou que algumas pessoas apresentam níveis de bem-estar mais elevados que outras, e que as mudanças podem ocorrer em diferentes níveis do bem-estar individual, não sendo, portanto, aconselhável considerar esse traço estável, mas sim, situacional.

Vale ressaltar que as características que apresentam um certo *padrão de equilíbrio* e indicam o estabelecimento dos níveis de bem-estar individual são: o contexto social em que o indivíduo está inserido, sexo, idade, posição socioeconômica e personalidade. Portanto, indivíduos que experienciam um número maior de acontecimentos satisfatórios por um determinado período de tempo, provavelmente terão experiências satisfatórias nos períodos subsequentes. O inverso também é válido.

O estudo de Headey e Wearing (1991) ainda mostra que pessoas mais satisfeitas com sua condição atual tendem a ser mais extrovertidas, menos neuróticas e mais abertas a sentimentos, e essa abertura pode estar relacionada ao recebimento de sentimentos positivos, como negativos, ou seja, ela tem seu lado bom e seu lado ruim. Podendo proporcionar um estado de bem-estar, quando o sentimento é positivo ou ainda de mal-estar, quando o sentimento é negativo.

É importante considerar que a estabilidade individual e as mudanças no nível de bem-estar subjetivo estão relacionadas a períodos de médio e longo prazo, como nesse estudo (seis anos). Não resta dúvida de que ocorre adaptação nos níveis de bem-estar subjetivo, de modo que, ante os grandes acontecimentos, as pessoas ajustam as suas expectativas para o futuro. No entanto, esta evidência é contrária à conclusão de que a adaptação é tão rápida e tão completa que o impacto dos acontecimentos sejam indetectáveis. Ressalta-se que os dados apresentados nesse estudo consideram apenas características pessoais, mas fatores ambientais também podem influenciar, de maneira positiva ou negativa, os níveis de bem-estar subjetivo.

O método mais utilizado para medição do bem-estar subjetivo é o autorrelato, em virtude de o indivíduo ter maiores condições de avaliar aquilo que o deixa feliz ou não. O autorrelato consegue ainda resgatar, na memória, eventos de prazer e desprazer já vivenciados. Deve-se, no entanto, estar atento, no momento da avaliação, a fatores de desejabilidade social, humor do indivíduo no momento de responder às perguntas, eventos recentes e ordem das perguntas (Albuquerque & Tróccoli, 2004).

Quanto ao bem-estar psicológico, outra subdivisão de bem-estar, este é visto como sendo multidimensional, que trata do funcionamento psicológico positivo e da capacidade de o indivíduo enfrentar os desafios que se apresentam. É constituído por variáveis como autoaceitação, relações positivas com outros, domínio do ambiente,

autonomia, propósito de vida e crescimento pessoal. (Chiuzi, 2006; Covacs, 2006; Nascimento, 2006; Siqueira & Padovam, 2008).

Seligman e Csikszentmihalyi (2000) ressaltam que tanto o bem-estar psicológico quanto o subjetivo buscam a compreensão do que possa ocorrer e causar consequências no funcionamento psicológico positivo, e seu intuito é não focar apenas a correção dos problemas ocorridos, mas a construção das qualidades do indivíduo. Albuquerque e Tróccoli (2004) afirmam que a principal diferença existente entre o bem-estar subjetivo e o psicológico se dá na concepção de felicidade adotada pela pessoa.

No bem-estar subjetivo, o conceito de felicidade baseia-se no hedonismo, que busca a compreensão das experiências referentes ao prazer e a felicidade. Já o bem-estar psicológico atua em uma visão eudaimônica¹ da felicidade, que é algo além do hedonismo, por considerar aspectos referentes ao pleno funcionamento das potencialidades do indivíduo e das metas fundamentais de sua vida (Chiuzi, 2006; Paschoal & Tamayo, 2008; Siqueira & Padovam, 2008).

Já o bem-estar social reflete “a saúde social positiva a partir de como os indivíduos se percebem integrantes e coesos com a sociedade e de como enfrentam as incontáveis tarefas e desafios sociais” (Nascimento, 2006, p. 25). Ele se baseia em critérios sociais, compreendendo variáveis como integração social, aceitação social, contribuição social, coesão social e interdependência (Covacs, 2006; Keyes, 1998; Nascimento, 2006).

Bem-estar social é a apreciação das circunstâncias relativas ao funcionamento de uma sociedade. Os benefícios existentes em uma vida em sociedade fornecem a base para a definição, de maneira global, do bem-estar social (Keyes, 1998).

¹ Também definido como felicidade. É o fim, ou o bem, supremo cuja função é atrair todas as coisas ao bem que lhe é próprio (Silva, 1994).

Keyes (1998), em um estudo de análise multivariada, dentre suas hipóteses, declara que o bem-estar social é uma conquista intermediada pela formação escolar e pela idade. Os resultados confirmaram, dentre outros, que bem-estar social está envolvido por dimensões sociais, tais como coerência, integração, atualização, contribuição e aceitação, e ainda, que o bem-estar social aumenta proporcionalmente em relação ao nível educacional e à idade.

Além dos três níveis – subjetivo, psicológico e social – já discutidos, Siqueira e Padovam (2008) apresentam um quarto nível de bem-estar, o no trabalho, relacionado às seguintes variáveis: satisfação no trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo. A variável satisfação no trabalho, assim como o envolvimento com o trabalho, estão relacionados à satisfação em desenvolver uma determinada tarefa, ao passo que o comprometimento organizacional tem uma abordagem mais ampla, pois refere-se a toda organização.

A fim de contextualização, Siqueira e Padovam (2008), para a construção do termo bem-estar no trabalho, se basearam no modelo adotado por Warr (1987) sobre saúde mental. Esse modelo englobava as dimensões afeto, aspiração, autonomia, competência e funcionamento integrado. Muitos autores, como por exemplo, Daniels (2000), Paz (2004), Van Horn e colaboradores (2004), o próprio Warr (2003; 2007), dentre outros, foram estruturando as dimensões que consideravam como inerentes ao bem-estar no trabalho. É claro que na construção desse conceito existem dimensões que se complementam e outras que divergem.

Para Warr (1987) o trabalho pode ser avaliado como *bom* e *ruim*. O *bom* trabalho oferece os seguintes benefícios: boa remuneração, variedade de tarefas, compatibilidade entre tarefas e metas, autonomia, oportunidade de colocar em prática habilidades próprias, assim como desenvolver novas, baixa ameaça psicológica,

segurança, contato interpessoal e posição social valorizada. No entanto, essa diferenciação pode muito bem ser tautológica, pois o *bom* trabalho é definido em termos de seus benefícios e vice-versa. Vale à pena ressaltar que não é só o trabalho em si, mas determinados tipos de trabalho que conduzem à satisfação e ao bem-estar.

Ainda Warr (2007) conceitua bem-estar laboral utilizando dois aspectos centrais: sentimentos de prazer vivenciados pelo indivíduo (hedonismo) e desenvolvimento de atributos pessoais, como a exploração do próprio potencial, a realização e a expressão de si mesmo (eudaimonia).

Para Van Horn e colaboradores (2004) o bem-estar no trabalho consiste na avaliação positiva dos diversos aspectos que se referem ao trabalho, como os afetivos, os motivacionais, os comportamentais, os cognitivos e os psicossomáticos. Para validação de um instrumento que permita mensurar o bem-estar, os autores identificam cinco dimensões: afetiva, bem-estar profissional, bem-estar social, cansaço cognitivo e dimensão psicossomática.

As variáveis relativas à dimensão afetiva são: afeto, exaustão emocional, satisfação no trabalho e comprometimento organizacional. Autonomia, aspiração e competência profissional são as variáveis pertencentes ao bem-estar profissional. A dimensão bem-estar social compreende o aspecto comportamental do bem-estar laboral, incluindo dois conceitos: despersonalização e qualidade das relações sociais na organização. O cansaço cognitivo envolve o funcionamento cognitivo do empregado e a última dimensão, psicossomática, refere-se à presença ou à ausência de queixas psicossomáticas (Paschoal & Tamayo, 2008).

É necessário ainda ressaltar que existe uma relação direta entre o tempo dedicado ao trabalho e nível de bem-estar. Entende-se que a pessoa que consegue dividir seu tempo entre as obrigações laborais e as suas necessidades pessoais, pode ser

considerada uma pessoa feliz. (Tamayo, 2004; Van Horn, Taris, Schaufeli & Scheurs, 2004; Warr, 1987; 2003).

Jahoda (1982) e Warr (1987) indicam alguns benefícios que relacionam trabalho e manutenção do bem-estar: oportunidade de controle, oportunidade para usar habilidades, metas geradas externamente (demandas de atividade objetiva, estruturação de tempo), variedade de tarefas, certeza sobre o futuro, disponibilidade de dinheiro, segurança física, oportunidade para contato interpessoal, posição social valorizada.

A *adaptação* entre pessoas e o trabalho prediz a melhor satisfação e o bem-estar. Presumivelmente, um bom ajuste leva ao bem-estar subjetivo, e uma má adaptação conduz ao estresse. Há, então, uma série de indícios que sugerem que um ajuste positivo entre as pessoas (suas capacidades, necessidades, valores, etc.) e os seus locais de trabalho (suas exigências, rendimento) levam à satisfação, a um bom desempenho, à maior saúde mental e física (Furnham, 1991).

Estudo realizado por Hackman (1977, citado por Argyle & Martin, 1991) sugere cinco dimensões do ambiente de trabalho que promovem satisfação: identificação com a tarefa, significado da tarefa, habilidade variada, autonomia e *feedback*. O grau de satisfação com o trabalho realizado também pode estar relacionado com a qualificação e com o salário recebido. Funcionários com nível de escolaridade mais elevado e com salários maiores estão mais satisfeitos com o trabalho que desenvolvem que aqueles com nível de escolaridade menor e salários mais baixos. Encontrar apoio nos colegas de trabalho também favorece o aumento da satisfação no referido ambiente, e é uma das principais fontes de defesa contra ameaças externas.

Estudos de Oliver e Brief (1977 a 78, citados por Peiró, González-Romá, Meliá & Zalbidea, 1992) demonstraram que à medida que a pessoa tem controle sobre o seu trabalho, diminui a possibilidade de conflitos e ambiguidade de papéis.

Esses autores também mostram que a participação nas decisões que interferem em suas atividades leva a uma diminuição nos níveis de conflito e ambiguidade de papéis (Jackson, 1983-1984, citado por Peiró, González-Romá, Meliá & Zalbidea, 1992).

Quanto à construção de uma escala de bem-estar no trabalho, Paschoal e Tamayo (2008), construíram e validaram uma escala com base nas dimensões afeto e realização/expressividade. Eles acrescentam que o ambiente de trabalho é um local privilegiado de emoções, como também de realização e construção da felicidade pessoal.

Investigação realizada por Covacs (2006) aponta que as variáveis envolvimento no trabalho e comprometimento organizacional afetivo são constituídos por trocas sociais que proporcionam sentimentos de obrigação pessoal, gratidão e confiança do empregado, assim como a percepção de justiça de procedimentos e os valores organizacionais, como autonomia e realização, estimulam contribuições espontâneas dos empregados, com a crença de que haverá reciprocidade, da organização.

Estudo de Chiuzi (2006) demonstra que as dimensões de bem-estar no trabalho (satisfação com o trabalho, envolvimento com o trabalho e comprometimento organizacional afetivo) se relacionam de maneira significativa com as dimensões de bem-estar subjetivo (satisfação geral com a vida, afetos positivos e negativos), demonstrando, assim, interferência da vida pessoal na vida profissional, e vice-versa. Outra conclusão desse estudo é o impacto positivo existente entre as dimensões da organização positiva (suporte organizacional, justiça organizacional e confiança organizacional) e as dimensões do bem-estar subjetivo, que se relacionam às características positivas da organização e níveis elevados de bem-estar subjetivo. E

ainda, que há uma relação positiva entre dimensões da organização positiva e bem-estar no trabalho, com uma visão positiva a respeito da organização e do seu trabalho.

A partir do exposto até aqui, depreende-se que os estudos sobre bem-estar têm sido realizados a partir de diferentes conceituações e em diversos contextos. Neste trabalho, no entanto, apesar de realizado em um ambiente laboral, vamos utilizar a definição do bem-estar subjetivo, por termos como foco de estudo a psicologia social e não apenas organizacional.

Por outro lado, como veremos mais à frente, nosso interesse mais específico é analisar as relações entre crença no mundo justo e locus de controle vinculados à atuação laboral e o bem-estar subjetivo. No próximo capítulo, discutiremos os estudos sobre crença no mundo justo.

Capítulo 2:

Crença no mundo justo

No decorrer do desenvolvimento de uma pessoa, ocorrem acontecimentos diversos que podem auxiliar a construção de seus valores e suas crenças, na sua maneira de lidar com as situações inerentes à condição humana, seus sucessos e fracassos. Nesse processo, uma característica básica do pensamento seria, segundo Heider (1958/ 1970), a busca do entendimento e organização do mundo que nos cerca: Por que as coisas acontecem? Existe alguma lógica nos eventos de nossas vidas, ou eles são aleatórios?

Os primeiros estudos realizados envolvendo a atribuição de causalidade, fator inerente à conceituação de crença, partiu de Heider (1958/ 1970). Em linhas gerais, esse autor afirma que as pessoas têm a necessidade de compreender as origens de suas experiências e ainda descobrir as causas dos fatos ocorridos no seu dia a dia. Esse interesse parte da necessidade de controle que o indivíduo precisa ter sobre os fatos ocorridos em sua vida.

Mas foram Jones e Nisbett (1972) que sistematizaram esse conceito lançado por Heider (1958/ 1970). Para esses autores, as explicações de um determinado evento variam de acordo com a pessoa que o julga. Podendo, nesse momento, atribuir a causas internas, se responsabilizando pelo ato ocorrido, ou a causas externas, culpabilizando terceiros por seus infortúnios.

De acordo com Tomaka e Blascovich (1994) crenças são

cognitive configurations (eg. Schemas or scripts) that convey perceptions of reality. Beliefs can be personally formed or culturally shared and reflect not only the

individual's opinions and evaluations of the self, but also his or her world view. Furthermore, in day-to-day life, beliefs aid interpretation of ongoing events and experiences and guide expectations for the future (p. 732).

Para Lerner (1980), outro estudioso dessa área, as pessoas que têm internalizada a crença no mundo justo, sendo esta um tipo específico de crença, são aquelas que acreditam que o que se recebe ocorre por mérito, assim como, quando são castigadas, também o são por merecimento. O critério de avaliação referente ao merecimento baseia-se nas consequências de seus atos ou atitudes.

As crenças podem ser divididas em pessoais e sociais. A crença pessoal relaciona-se ao bem-estar subjetivo, afeto positivo, satisfação com a vida e baixos níveis de tensão, ou seja, a critérios internos do indivíduo. Crença social refere-se ao desejo de responder às ameaças que envolvem a diminuição da crença em um mundo justo por outros indivíduos. As relações formadas pelas crenças pessoais e sociais emergem, independentemente de respostas socialmente aceitas, autoestima e locus de controle, pois são ingredientes que produzem a mudança nessas relações (Lipkus e colaboradores, 1996; Sutton & Douglas, 2005).

Heider (1958/ 1970) diz que os processos vivenciados por uma pessoa são armazenados na memória de maneira organizada. Então, os eventos, as características e os atributos considerados positivos são armazenados de um lado, e os negativos de outro. Como resultado, a pessoa é inclinada a acreditar que bondade, felicidade e virtude estão associadas de maneira causal, da mesma forma que miséria, pecado e sofrimento.

E no mundo em que existem, pelo menos, duas bases gerais para o merecimento, o comportamento e os atributos da pessoa, certos atos são considerados antecedentes apropriados para uma gama de resultados positivos e/ou negativos na vida de uma pessoa, como por exemplo, o fato de um trabalhador não produzir com qualidade aquilo que lhe foi solicitado. O seu fraco desempenho poderia levá-lo ao desemprego, e ele seria responsável pela sua condição atual. Da mesma forma, alguns atributos, como ser amável, generoso, inteligente, podem tornar a pessoa merecedora de resultados positivos, e pessoas hostis, imprudentes e preguiçosas parecem merecer algum grau de castigo (Lerner, 1980).

Lerner (1980) afirma ainda que algumas vítimas podem ameaçar a diminuição na crença de um mundo justo e, na tentativa de restabelecer a justiça, os indivíduos apresentam alternativas diversas para explicar as injustiças observadas, ora culpando a própria vítima por seu infortúnio (racionalização), ora o meio.

Segundo a tese formulada por Lerner (1998), no adulto, a crença em um mundo justo pode manifestar-se de duas formas. A primeira, de maneira consciente, envolve regras convencionais, moralidade e julgamentos sociais, e a segunda, preconsciente, inclui regras primitivas, como culpa e consequências emocionais automáticas. Em geral, a preocupação central é identificar se a crença é um conto de fadas infantil ou uma ilusão fundamental para o adulto. Porém, a dinâmica consistente associada com a maneira com que as pessoas protegem suas crenças já sugere que não seria um conto de fadas, e o mecanismo utilizado para normalizar as injustiças ocorridas faz que elas se apaguem da memória da pessoa.

De acordo com Maes (1998), a pesquisa referente à teoria da crença no mundo justo tem passado por oito estágios. O primeiro estágio é a identificação do fenômeno que envolve a crença, seguido pelo entendimento da natureza do efeito observado. O

terceiro estágio é o desenvolvimento de uma escala de autorrelato e a aplicação da primeira pesquisa correlacional. O quarto estágio é a aplicação extensiva da escala, desenvolvida no terceiro estágio, em estudos experimentais e correlacionais, com o intuito de validá-la. No quinto estágio, observa-se que o construto desenvolvido tem uma base multidimensional, e as subdimensões identificadas ajudam a resolver os equívocos encontrados nas pesquisas desenvolvidas até então. O sexto estágio é o momento em que os pesquisadores desenvolvem escalas de medida mais elaboradas, o que conduz ao sétimo estágio, em que surgem questionamentos acerca do conceito original de crença e o *status* psicométrico da escala. O oitavo e último estágio refere-se à aceitação científica do conceito de crença, publicada em diversos livros de personalidade.

A teoria de crença no mundo justo tem em sua base o fenômeno de vitimização secundária. Em linhas gerais, vitimização secundária pode ser explicada pelo fato de uma pessoa inocente confrontar-se com o fenômeno que a vitimizou (vitimização primária) e, ainda, com as pessoas que convivem em seu meio e com ela própria. Esse tipo de vitimização pode assumir várias formas: minimização do sofrimento da vítima, evitação da vítima, desvalorização da vítima e culpabilização da vítima. Com base nesses pontos, a análise do nível de crença de uma pessoa deve levar em consideração o grau de crença do observador, a inocência da vítima e a persistência do seu sofrimento (Correia & Vala, 2003).

Considerando ainda o processo de vitimização secundária, ressalta-se que a reação do indivíduo, diante de uma vítima inocente, está diretamente relacionada ao reconhecimento desta vítima como pertencente ao seu mundo. O simples fato do indivíduo acreditar que aquilo que aconteceu à vítima também pode acontecer com ele, faz com que o indivíduo a evite, diferentemente quando o indivíduo não percebe a

vítima como integrante do seu meio. Isso acontece como um mecanismo de defesa contra a possibilidade de um destino semelhante ao da vítima (Novak & Lerner, 1968).

É interessante ressaltar que a televisão, meio de comunicação de maior abrangência na atualidade, faz uso da teoria de crença no mundo justo. No final das novelas, o bandido é punido por seus atos de maldade, e o mocinho, recompensado por suas bondades praticadas no decorrer da programação.

Apresentou-se até então o que está ligado à base de formação da pessoa, ao que lhe foi ensinado e o que ela realmente acredita ser verdade, porém, ao confrontar-se com o mundo real, a pessoa percebe que nem sempre os *bandidos* são punidos, e os *mocinhos* recompensados. Em muitos casos, pode haver uma modificação referente ao que ela acreditava ser justo e suas crenças podem passar por uma reestruturação.

Através de estudo realizado por Furnham e Procter (1989) foi identificado que a crença no mundo justo se relaciona positivamente a atitudes sociais conservadoras, a ética protestante, deferência para autoridades e conformidade para regras sociais.

Em conformidade com esse estudo, Wolfradt e Dalbert (2003) realizaram pesquisa com estudantes universitários e profissionais de diversas áreas de atuação, com o intuito de investigar a relação entre crença no mundo justo, valores e características de personalidade. O resultado obtido demonstrou que indivíduos com alta crença no mundo justo consideram importantes valores como obediência e segurança.

Outro estudo que correlaciona atitudes sociais conservadoras à crença no mundo justo foi o realizado por Otto e Schmidt (2007), com 217 empregados de diversos níveis hierárquicos e organizações diferentes, buscou-se avaliar a relação da variável crença no mundo justo pessoal com sentimentos de justiça, de confiança e promoção de saúde. Os resultados obtidos indicaram que indivíduos com alto nível de crença no mundo justo pessoal são mais comprometidos com a empresa em que trabalham, apresentam menor

intenção de deixar essa empresa, melhor desempenho na realização de tarefas, menor esgotamento emocional e os sintomas de despersonalização são rebaixados.

Em análise de regressão múltipla, observou-se que indivíduos com baixo nível de crença no mundo justo pessoal e que tenham emprego temporário, apresentam maior insegurança, menor chance de demonstrar suas habilidades e maior intenção em deixar o emprego. Demonstrou-se ainda a correlação positiva entre crença no mundo justo e desempenho e correlação negativa com presença de doença.

Um ponto importante a ressaltar quanto à realidade vivenciada é que, quando uma pessoa se depara com um deficiente físico, auditivo ou visual, surge a necessidade de ajudá-lo, e com a mesma intensidade, a necessidade de afastar-se dele. Parte dessa situação pode ser explicada pelo fato de que, para que não haja diminuição na crença em um mundo justo, a pessoa afasta-se e passa a considerar que há mundos diferentes, o dela é justo, e o outro, não (Lerner, 1980).

No tocante aos participantes desta pesquisa, pode-se perceber que não é tão simples virar as costas e acreditar que eles vivem em um mundo diferente, pois diariamente todos lidam com suas limitações. De um lado, o profissional que não consegue *curar* o paciente e, de outro, o paciente que busca se adaptar à sua limitação física.

Considerando o possível sentimento gerado por vítimas inocentes, Hafer (2000) realizou dois estudos com estudantes universitários, buscando avaliar até que ponto vítimas inocentes podem ameaçar a crença em um mundo justo. Para que os resultados não tivessem interferência de normas sociais, por exemplo, que as pessoas devem ser condolentes com vítimas inocentes, o estudo foi construído baseando-se em teorias cognitivas da psicopatologia. A diferença entre os estudos foi o acréscimo, no segundo, de questões relacionadas à culpabilização da vítima e à negação da possibilidade da

cena mostrada acontecer com o participante do estudo. Os resultados evidenciaram que vítimas inocentes podem ameaçar a crença em um mundo justo (estudo 1), que o fato aconteceu por culpa da vítima e que estariam livres de situação semelhante no futuro (estudo 2). Levantou-se ainda um questionamento: se a hipótese sugerida era de fato verdadeira, ou se a injustiça observada estava relacionada à perda de controle do indivíduo envolvido na situação.

Objetivando analisar os efeitos de crença no mundo justo nos múltiplos aspectos de estresse e enfrentamento, incluindo avaliações cognitivas, reações subjetivas, respostas autonômicas e desempenho de tarefa, Tomaka e Blascovich (1994) realizaram estudo com 24 estudantes do curso de psicologia. Os resultados encontrados demonstram que indivíduos com elevado nível de crença no mundo justo avaliaram a tarefa proposta com algo desafiador, apresentando menor tensão e maior ativação cardíaca, acompanhados por maior declínio na resistência vascular periférica.

Como apoio à hipótese, foi identificado que, ao passo que indivíduos com elevado nível de crença no mundo justo vivenciam situações estressantes diárias como algo desafiador, indivíduos com baixo nível de crença no mundo justo as consideram uma ameaça, o que pode contribuir, de maneira positiva ou negativa para o bem-estar psicológico.

Dela Coleta (2003) afirma que, em estudos já realizados acerca da relação entre crenças gerais e comportamentos, foi observado que, à medida que as crenças do indivíduo mudam, conseqüentemente os seus comportamentos também mudam. Ressalta-se, porém, a necessidade de estudos mais aprofundados acerca dessa correlação.

Com base em estudos analisados por Correia e Vala (2003), percebe-se que uma pessoa que possui elevado grau de crença no mundo justo vitimizam mais um inocente,

com persistência de sofrimento, do que a pessoa com baixo nível de crença. A razão é que, para evitar a diminuição de sua crença, a pessoa prefere discriminar a vítima a fazer algo para contornar a situação apresentada.

Crenças mundiais são essencialmente estruturas de significados globais e, como consequência, metas globais. Crocken e Neur (2004) relatam que situações de ameaça podem inspirar ou aterrorizar os pensamentos dos indivíduos, causando medo, em virtude da falta de metas claras, ou ainda oportunizam o aumento nos níveis de motivação, em razão da clareza de significados.

Um projeto piloto realizado por Moreira-Almeida e Koenig (2006) confirmou que o conceito de crenças pessoais forma um componente amplo e de grande importância no quesito qualidade de vida relacionada à saúde em todo o mundo.

Pesquisa de Adoric e Kwartuc (2007) apontaram uma relação entre crença no mundo justo pessoal e algumas dimensões de ajuste, como confiança nas pessoas e otimismo. Indivíduos que apresentam crença em um mundo injusto, por outro lado, associam-se à dimensões de ajuste, como cinismo e pessimismo, provocando um agravamento na angústia causada pelo infortúnio vivenciado.

Baseando-se na divisão de crenças em pessoal e social, Sutton e Winnard (2007) realizaram pesquisa com cem sujeitos, 54 homens e 46 mulheres, buscando os efeitos das crenças pessoais (que está relacionada a critérios internos do indivíduo) e sociais (que refere-se ao desejo de responder às ameaças que envolvem a diminuição da crença em um mundo justo por outros indivíduos) na formação e na avaliação de intenções legítimas e ilegítimas, assim como a relação entre crença pessoal e bem-estar subjetivo e crença social e atitudes sociais. Os resultados mostram que os homens apresentam maior tendência a comportamentos antissociais que as mulheres e, que as crenças pessoais e sociais estão em um patamar de igualdade, contrariando estudo realizado por

Lipkus e colaboradores (1996), que afirmam que crenças pessoais sobrepõem-se a crenças sociais. No estudo de Sutton e Winnard (2007), crenças pessoais relacionaram-se positivamente com a confiança na realização de metas preestabelecidas e a satisfação geral com a vida, e, negativamente, com atitudes antissociais. Crenças sociais relacionaram-se positivamente com atitudes antissociais e, negativamente, com intenções legítimas.

Buscando a correlação entre justiça e atitudes no ambiente de trabalho, estudos analisados por Bobocel e Hafer (2007) identificaram que indivíduos que acreditam terem um tratamento justo estão mais satisfeitos com seus salários, apresentam maior comprometimento, maior confiança em seus líderes e se demonstram mais disponíveis para desempenhar atividades que extrapolem as tarefas previstas. Da mesma forma, aqueles que se sentem injustiçados, apresentam atitudes mais negativas, com tendência a apresentar comportamentos disfuncionais, como agressão e roubo.

Em estudo realizado por Torres e Faria (2008) que buscou a correlação entre orientação sexual, tipo de doença (câncer de pulmão e HIV/Aids) e crença no mundo justo, foi identificado que os indivíduos que possuíam alta crença no mundo justo responsabilizavam os pacientes portadores HIV/Aids pela sua doença. Isso se dá em virtude das crenças internalizadas pelo público em questão estarem voltadas para valores preconceituosos.

Sumarizando então o exposto até aqui, podemos esperar encontrar relações entre os níveis de adesão à crença no mundo justo e o bem-estar subjetivo. Especificamente, esperamos que:

- a) quanto maior o nível de adesão à crença no mundo justo, maior o nível de bem-estar;

- b) quanto menor o nível de adesão à crença no mundo justo, menor o nível de bem-estar.

No próximo capítulo, discutiremos os estudos sobre lócus de controle, enfatizando suas relações com o bem-estar subjetivo.

Capítulo 3:

Lócus de controle

Busca-se, nesse momento, mostrar a relação existente entre fatos da vida e as atitudes perante esses fatos. Os primeiros autores que se dedicaram a escrever sobre lócus de controle foram Rotter (1966) e Levenson (1973; 1974; 1981). Levenson aperfeiçoou os escritos de Rotter. Inicialmente, lócus de controle foi definido como lócus causal, por referir-se à percepção de local de causa. Existia a divisão entre interno e externo – o interno, quando o *eu* é percebido como causador de um determinado evento, e o externo, quando algo ou alguém causou a situação (Rodrigues & Pereira, 2007).

Para Rotter (1966), lócus de controle não poderia ser considerado unidimensional, por apresentar bipolaridade, interno e externo. O interno relaciona-se à capacidade de o indivíduo acreditar ser responsável pelos seus esforços e competências, e externo, quando suas vontades são controladas por algo ou alguém externo a ele.

Levenson (1973; 1974; 1981) também afirma que o lócus de controle não é unidimensional, mas subdividido em pessoal, social e impessoal. O lócus interno pode ser chamado de lócus de controle pessoal e definido como interno autêntico, pois o indivíduo acredita que o poder sobre sua vida está nele mesmo e não em outras pessoas. O lócus de controle externo defensivo (nomenclatura dada aos outros poderosos) refere-se aos indivíduos que acreditam no poder das outras pessoas (lócus de controle social); e o lócus externo autêntico (nomenclatura dada ao acaso) relaciona-se aos indivíduos que acreditam no poder do acaso, da sorte, do destino, denominado, portanto, de lócus de controle impessoal.

Spector (1982; 1986) afirma que a variável *locus de controle* pode apresentar influência no comportamento de um trabalhador. Influência esta voltada para o grau de satisfação quanto ao cargo ocupado, desempenho no desenvolvimento das atividades e rotatividade.

Noe (1986) caracteriza *locus de controle* como um traço de personalidade estável. Trata-se daquele indivíduo que acredita ser capaz de controlar seus comportamentos e de perceber com clareza a relação entre seu desempenho e suas consequências (*locus de controle interno*). Aquele que acredita que os resultados de seus esforços individuais estão fora de seu controle apresenta um *locus de controle externo*.

Dela Coleta (1987) e Tamayo (1989) consideram *locus de controle* um conceito dinâmico, porém com certa estabilidade, e que tem a finalidade de descrever e explicar crenças individuais. Para os autores, a tendência em avaliá-lo como um traço de personalidade deve-se ao uso de escalas unifatoriais, o que pode ser resolvido com o uso de escalas multifatoriais.

Para Wenzel (1993) *locus de controle* é a maneira pela qual o indivíduo percebe a relação entre seus esforços e o resultado desses esforços. Tanto para esse autor como para Noe (1986), o indivíduo que tem clareza dessa relação é internamente orientado, e aquele que não a tem, é externamente orientado.

Pasquali e colaboradores (1998) assinalam que o maior entrave ainda existente no estudo sobre *locus de controle* refere-se à dificuldade de conceituação, e, ainda, de nomenclatura do fator internalidade. Alguns o nomeiam internalidade instrumental, outros, controle pessoal, ou então controle interno e, ainda, eficácia pessoal. Essas questões dificultam a elaboração conceitual do termo, causando imprecisão e confusão em sua conceituação. Os autores ainda afirmam que *locus de controle* não deve ser definido como traço de personalidade, mas sim como um estado disposicional do

indivíduo, que pode se modificar de acordo com a situação vivenciada. Consideram-no uma variável multidimensional composta por três dimensões – pessoal, social e impessoal – assim como o faz Levenson (1973; 1974; 1981).

Para Abbad e Menezes (2004), *locus* de controle são “crenças sobre as quais os indivíduos estabelecem as fontes de controle do próprio comportamento. Essas fontes são: Externalidade/Sorte, Externalidade/Outros e Internalidade” (p. 443).

Em pesquisa realizada por Andrisani e Nestel (1976), verificou-se que indivíduos com *locus* de controle interno alcançaram maior rendimento mensal que aqueles que apresentam *locus* de controle externo.

Em conformidade com o estudo de Andrisani e Nestel (1976), Mortimer e Lorence (1979) realizaram um estudo longitudinal com indivíduos do sexo masculino, em dois momentos: durante o curso de graduação e dez anos após a sua conclusão, buscando a correlação entre as variáveis autoconceito, autonomia no trabalho e renda. Os resultados demonstraram que os estudantes que apresentam maior senso de eficácia pessoal no decorrer do curso de graduação tiveram maior êxito em suas carreiras profissionais, ocupando posições de destaque com elevado rendimento mensal. Verificou-se ainda que a autonomia profissional tem efeitos significativos no autoconceito, no decorrer de sua carreira profissional, sendo também a característica de maior importância psicológica.

Estudos realizados por Wiley, Crittenden e Birg (1979) indicaram que o sucesso é atribuído, sobretudo a fatores internos, e o fracasso, tanto a fatores internos quanto externos.

Com a constatação da existência de correlação entre *locus* de controle e saúde, Abella e Heslin (1984) chegaram à conclusão que indivíduos que apresentam *locus* de controle interno são mais suscetíveis a terem comportamentos ligados à manutenção da

saúde do que aqueles que apresentam locus de controle externo. Em geral, evidenciaram que indivíduos que apresentam locus de controle interno são fortemente afetados pelos valores atribuídos à saúde e, em contrapartida, os indivíduos com locus de controle externo são influenciados, na maioria das vezes, pelo ambiente social em que vivem, particularmente a família e os amigos próximos. Ressaltaram ainda que a atitude de avaliar a saúde não é suficiente para assegurar o comportamento saudável. A pessoa deve avaliar e acreditar que a saúde é controlável, e a ausência de um desses fatores (avaliação e crença) pode resultar em níveis baixos do comportamento preventivo da saúde.

Spector e O'Connell (1994) desenvolveram uma pesquisa longitudinal com as variáveis ligadas à personalidade (afetividade negativa, locus de controle e personalidade tipo A) e sua relação com as variáveis encontradas no ambiente de trabalho (autonomia, ambiguidade de papel, conflito de papel, carga de trabalho, constrangimento organizacional, conflito interpessoal, satisfação no cargo, ansiedade, frustração e sintomas somáticos). No tempo 1, os participantes estavam cursando graduação e não trabalhavam, e, nesse momento, foram aplicados questionários relacionados à personalidade. No tempo 2, os participantes já haviam concluído o curso de graduação e trabalhavam em período integral, e foram aplicados questionários relacionados ao ambiente de trabalho.

Focando-se nos resultados ligados à variável locus de controle, percebeu-se que ela se correlaciona significativamente com as variáveis autonomia, ambiguidade de papel, conflito de papel, conflito interpessoal, satisfação no cargo e ansiedade. Os participantes com elevado nível de locus de controle interno apresentaram baixos níveis de estresse no trabalho, estavam mais satisfeitos com o cargo ocupado e apresentaram baixo nível de ansiedade, em detrimento dos participantes com elevado nível de locus

de controle externo, que estavam insatisfeitos com o cargo que ocupavam e tinham elevado nível de ansiedade.

Rhaim e Psenicka (1996) realizaram um estudo buscando os principais efeitos do estresse na tensão de proprietários e gerentes de negócios próprios, isto é, o aparecimento de sintomas psiquiátricos que levariam o indivíduo a deixar o trabalho. A variável independente, o estresse no trabalho, foi dividida em quatro dimensões: sobrecarga de papel, insuficiência de papel, ambiguidade de papel e conflito de papel. A variável dependente, a tensão, apresentava como sintomatologia psiquiátrica o distúrbio cognitivo, a ansiedade, a depressão e a raiva. As variáveis mediadoras desse processo eram *locus* de controle e apoio social.

A escolha pela variável *locus* de controle baseou-se nos estudos realizados por Rhaim e Psenicka (1996), em que se averiguou que as características dessa variável moderam os efeitos adversos do estresse ou ainda modificam o relacionamento entre o estresse e a tensão. A variável apoio social pode ser definida como a disponibilidade de terceiros (gestor, família, amigos, dentre outros) em ajudar o indivíduo em um momento de necessidade.

Dentre os resultados, a variável mediadora *locus* de controle apresentou efeito significativo nas dimensões sobrecarga de papel e insuficiência de papel. A mesma variável (*locus* de controle) foi capaz de explicar a variação na relação entre estresse e tensão, mas não se conseguiu o mesmo com a variável mediadora apoio social. Chegou-se ainda à conclusão de que as organizações devem recrutar, para atuarem em trabalhos estressantes, pessoas que tenham elevado *locus* de controle interno.

Estudo realizado por Riipinen (1996) buscou examinar a relação entre a participação no trabalho e as necessidades intrínsecas e extrínsecas do indivíduo, correlacionando-as com *locus* de controle interno e afeto, tendo como variável

mediadora a satisfação das necessidades apontadas nessa relação. Os resultados, diferentemente dos encontrados nos estudos de Dubin (1956), Lawler e Hall (1970), mostraram que a participação no trabalho estava mais voltada para questões extrínsecas, não tendo correlação com *locus* de controle interno e afeto. Esta constatação fez o pesquisador concluir que a participação no trabalho pode estar relacionada a necessidades intrínsecas e extrínsecas, porém, mediada por fatores culturais, tais como culturas que valorizam a realização pessoal, ou ainda que consideram o trabalho fonte de segurança pessoal.

Na tentativa de comprovar, ou ainda, refutar a teoria da depressão reformulada por Abramson, Seligman e Teasdale (1978), baseada em Rotter (1966), Ozment e Lester (2001) realizaram uma pesquisa para verificar se a depressão, como produto da inclinação ao desamparo, se baseava na crença de um *locus* de controle interno *versus* externo. Os resultados demonstraram que o desamparo está associado positivamente à depressão, porém, se a causa do desamparo for uma crença em um *locus* de controle externo ou interno, essa associação é menor. Necessário se faz então uma reformulação dessa teoria com um novo questionamento: se as condições que levam à depressão não estão internamente associadas ao indivíduo e nem externamente associadas, a que estariam então associadas? Evidencia-se, assim, a importância de pesquisar, de maneira mais aprofundada, as causas dessa relação.

Silvester, Anderson-Gough, Anderson e Mohamed (2002) efetuaram um estudo buscando a correlação entre o resultado de uma entrevista de seleção e o *locus* de controle pertencente ao entrevistado e ao entrevistador. Propuseram três condições relacionadas ao *locus* de controle: *locus* de controle interno (o indivíduo considerar-se o único responsável por todas as questões que envolvem sua vida), *locus* de controle interno não controlável (o indivíduo ser prejudicado, em uma determinada situação, em

virtude de doença, por exemplo) e *l*ocus de controle externo (seu fracasso ou sucesso ser responsabilidade de outros). O estudo foi realizado em tr

ês condi

ções diferentes: os participantes (poss

íveis candidatos a uma vaga de emprego e profissionais atuantes na

área de seleção de pessoal) responderam aos questionários baseando-se em uma situação hipotética; a mesma proposta de participantes (entrevistados e entrevistadores) do primeiro estudo, porém, em uma situação real de concorrência a uma vaga de emprego; com base nos resultados do primeiro estudo, identificar se a personalidade do entrevistador interfere na avaliação do candidato que concorre a uma vaga de emprego.

Os resultados demonstraram que, em geral, entrevistados e entrevistadores que valorizavam candidatos evidenciavam *l*ocus de controle interno (estudo 1); candidatos com *l*ocus de controle interno, no momento da entrevista à vaga de emprego, tiveram resultados mais favoráveis do que aqueles que apresentaram *l*ocus de controle externo ou *l*ocus de controle interno não controlável (estudo 2); a personalidade do entrevistador interferiu no momento de avaliação de candidatos que concorriam à vaga de emprego, ou seja, os entrevistadores que apresentavam *l*ocus de controle interno ou externo valorizavam candidatos que também apresentavam a mesma característica (estudo 3).

Aubé, Rousseau e Morin (2007) realizaram estudo com empregados de uma prisão, procurando identificar a relação entre percepção de suporte organizacional (POS) e compromisso organizacional, tendo como variável moderadora o *l*ocus de controle. Para esclarecimento adicional, faz-se necessário conceituar POS e compromisso organizacional.

POS é a avaliação que os empregados fazem acerca do nível de interesse que a organização dispensa em relação à manutenção de seu estado de bem-estar e ainda o reconhecimento desta organização quanto aos esforços empreendidos no dia a dia de trabalho. Compromisso organizacional é um conceito tridimensional, sendo dividido em

afetivo, normativo e de continuação. Compromisso afetivo se relaciona ao indivíduo que trabalha em uma organização porque gosta. O normativo está ligado ao dever moral e ético em permanecer na organização. E o de continuação é o fato de um indivíduo permanecer em uma organização, em virtude do alto custo que seria abrir mão desse emprego. (Aubé, Rousseau & Morin, 2007).

Os estudos mostraram que as pessoas que possuíam um alto locus de controle externo, apresentavam forte relação entre POS e compromisso organizacional afetivo. Isso se dá pelo fato que indivíduos com locus de controle externo, por acreditarem na influência de fatores externos a eles, estão mais sensíveis ao apoio provido pela organização. (Aubé, Rousseau & Morin, 2007).

Buscando a correlação entre locus de controle e as variáveis tensão no trabalho, satisfação no cargo e desempenho no trabalho, Chen e Silverthorne (2008) realizaram uma pesquisa com profissionais com formação em contabilidade, residentes em Taiwan. Seus resultados mostraram que os profissionais com alto locus de controle interno apresentavam baixos níveis de tensão no ambiente de trabalho, elevada satisfação no cargo ocupado, assim como elevado desempenho no trabalho desenvolvido.

Foi identificado ainda que locus de controle é uma variável mediadora entre tensão no ambiente de trabalho e desempenho. Profissionais com elevado locus de controle externo, elevados níveis de tensão em seu ambiente de trabalho, apresentaram baixo desempenho, ao contrário do profissional com elevado locus de controle interno. Comparados com profissionais com locus de controle externo, aqueles com locus de controle interno indicaram maior satisfação com o cargo ocupado e apresentavam desempenho crescente no trabalho desenvolvido. Profissionais com locus de controle interno tiveram maior facilidade para conter as tensões existentes no ambiente de trabalho.

Diante do exposto neste capítulo, esperamos encontrar:

- a) uma relação positiva entre locus de controle interno e o bem-estar subjetivo;
- b) uma relação negativa entre locus de controle externo e o bem-estar subjetivo.

A partir do exposto até aqui, o objetivo geral deste trabalho foi investigar as relações entre crença no mundo justo, locus de controle e bem-estar subjetivo. A literatura aqui discutida nos permite formular quatro hipóteses:

- a) deve existir uma relação positiva entre a adesão à crença no mundo justo e o bem-estar subjetivo;
- b) deve existir uma relação negativa entre a adesão à crença no mundo justo e o bem-estar subjetivo;
- c) deve existir uma relação positiva entre locus de controle interno e o bem-estar subjetivo;
- d) deve existir uma relação negativa entre locus de controle externo e o bem-estar subjetivo.

A seguir, apresentaremos o artigo, produto final desta dissertação, no qual os procedimentos e os resultados são apresentados e discutidos mais detalhadamente.

Capítulo 4:

Artigo

Relação entre bem-estar, locus de controle e crença no mundo justo de trabalhadores atuantes em um hospital de reabilitação

Resumo

O objetivo principal deste estudo foi analisar o bem-estar dos trabalhadores da saúde vinculados ao Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), relacionando-o com a adesão à crença no mundo justo e com o locus de controle. A partir dos estudos revisados, pressupôs-se que os participantes que apresentassem alta crença no mundo justo teriam, conseqüentemente, alto nível de bem-estar e o inverso também aconteceria, baixa crença no mundo justo, baixo nível de bem-estar. Quanto a relação entre locus de controle e bem-estar, os participantes com locus de controle interno apresentariam alto nível de bem-estar e aqueles com locus de controle externo, baixo nível de bem-estar. Participaram do estudo 146 profissionais, com formação variando entre nível médio e superior. O questionário era composto de dados sócio-demográficos, escalas de bem-estar físico e psicológico, locus de controle e crença no mundo justo. Os resultados mostram que os participantes apresentam alto nível de bem-estar, alta crença no mundo justo, alto locus de controle externo, baixa crença no mundo justo e baixo locus de controle interno. Os resultados da regressão múltipla mostram uma relação positiva entre locus de controle externo e bem-estar, e uma relação negativa entre locus de controle interno e bem-estar. Não houve resultados significativos na relação entre crença no mundo justo e bem-estar. Estes resultados são discutidos ressaltando que as diferenças com a literatura devem-se muito mais à maneira como os instrumentos foram construídos do que a inconsistências teóricas.

Palavras-chave: bem-estar, crença no mundo justo, locus de controle.

Abstract

The aim of this study was to assess the well being of health workers linked to the Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer), relating it with the accession to a belief in a just world and the locus of control. From the studies reviewed, it is assumed that participants who show high belief in a just world would, therefore, have high levels of well-being and the reverse also happens, low belief in a just world, low level of well-being. As to the relationship between locus of control and well-being, participants with internal locus of control would present high level of well-being and those with external locus of control would have low level of well-being. Took part in the study 146 professionals, ranging from high school to university level. The questionnaire consisted of socio-demographic data, scales of physical well-being and psychological locus of control and belief in a just world. The results show that participants have a high level of well-being, high belief in a just world, high external locus of control, low belief in a just world and low internal locus of control. The results of multiple regressions show a positive relationship between external locus of control and well-being, and a negative relationship between internal locus of control and well-being. There were no significant results in the relationship between belief in a just world and well-being. These results are discussed emphasizing the differences within the literatures about it are due, more to, how the instruments were built than the theoretical inconsistency.

Keywords: Well-being, belief in a just world, locus of control.

A saúde do trabalhador tem despertado cada vez mais o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas, como por exemplo, a medicina, a fisioterapia e a psicologia. A busca realizada em 10 de outubro de 2009 no site de pesquisa bibliográfica scielo (www.scielo.br) tendo como palavra chave *saúde do trabalhador*, resultou em 176 artigos publicados, dos quais 61 apenas em 2008 e 2009. A maioria desses estudos trata da relação entre características sócio-demográficas ou do ambiente laboral com o adoecer no e pelo trabalho. Além disso, muitos tratam de aspectos ligados à prevenção de acidentes no trabalho.

Este trabalho se insere nessa área, mas a partir de uma perspectiva diferente. Aqui, pretendemos analisar as relações entre a adesão à um conjunto de crenças, a percepção de eficácia laboral e o bem-estar subjetivo do trabalhador. Especificamente, nosso objetivo é analisar as relações entre a adesão à crença no mundo justo, o locus de controle e o bem-estar de trabalhadores da área da saúde que atuam no Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo (Crer).

A decisão de investigar o bem-estar desses trabalhadores justifica-se pelo perfil do paciente atendido nessa instituição. O tratamento realizado no Crer busca promover a reabilitação física e mental, assim como a readaptação do paciente às suas limitações. Essa instituição atende a uma população específica, portadores de deficiência física e auditiva, portanto, os profissionais que lá atuam lidam diariamente com situações concretas de grandes dificuldades no âmbito de sua atuação, uma vez que, embora haja melhoras significativas nos pacientes atendidos, dependendo da deficiência apresentada pelo paciente, ele não pode ser *curado*, mas desenvolverá habilidades que o permitem serem mais independentes.

Quanto à definição de bem-estar subjetivo, pode-se dizer que seu objeto de estudo está relacionado à avaliação que uma pessoa faz sobre sua própria vida. Pode ser

considerado um termo *guarda-chuva*, pois inclui um grande número de conceitos que se relacionam à maneira como as pessoas pensam e agem sobre suas vidas (Diener, Scollon & Lucas, 2003).

Campbell (1976) e Diener (1984) categorizam o bem-estar subjetivo em três partes: a) qualidades desejáveis, com que se define o que é desejável; b) avaliação individual, que se relaciona à satisfação de vida do indivíduo, tendo critérios mais subjetivos; c) emoções prazerosas, que ressaltam a prevalência de afetos positivos sobre afetos negativos.

Resumindo, o bem-estar subjetivo é dividido em três dimensões – satisfação geral com a vida, humor positivo e humor negativo. Um mesmo indivíduo pode apresentar, em maior ou menor grau, momentos de satisfação com a vida, momentos de alegria, de tristeza, dificuldade, dentre outros.

É importante ressaltar que, mesmo com essas nuances, existe um certo *padrão de equilíbrio*, ou seja, o bem-estar subjetivo apresenta um equilíbrio dinâmico, que somente é afetado quando os fatos que envolvem a história do indivíduo fogem desse *padrão de equilíbrio* (Albuquerque & Tróccoli, 2004; Headey & Wearing, 1991).

Ainda considerando o *padrão de equilíbrio*, Brickman e colaboradores (1978), afirmam que o indivíduo tende a reagir intensamente aos acontecimentos de sua vida, no entanto, passado o momento de euforia, o nível de felicidade ou bem-estar torna-se novamente estável.

E considerando a terminologia felicidade, a concepção adotada pela teoria do bem-estar subjetivo está diretamente relacionada ao conceito de hedonismo, que busca a compreensão das experiências referentes ao prazer e a felicidade (Chiuzi, 2006; Paschoal & Tamayo, 2008; Siqueira & Padovam, 2008).

Seligman e Csikszentmihalyi (2000) ressaltam que o bem-estar subjetivo busca a compreensão do que possa ocorrer e causar consequências no funcionamento psicológico positivo, e seu intuito é não focar apenas na correção dos problemas ocorridos, mas na construção das qualidades do indivíduo.

Em virtude do perfil de participantes, que atuam com uma limitação de ação imposta por algo externo a eles – a *cura* do paciente não depende de sua atuação profissional, torna-se necessário buscar luz nas teorias de crença no mundo justo e locus de controle para responder à questão: quais são as crenças internalizadas por esses trabalhadores, como eles se percebem diante de uma limitação de atuação, e como essas questões influenciam a manutenção de seu estado de bem-estar. Dando continuidade, apresentam-se as teorias envolvidas nessa pesquisa.

Crença no Mundo Justo

Foi com Lerner, em 1980, que surgiu o interesse na construção de hipóteses que pudessem avaliar a crença em um mundo justo. A base dessa hipótese é que as pessoas são motivadas a acreditar que vivem em um mundo que todos recebem o que merecem. E esse sentimento é tão forte, que faz com que as pessoas passem a buscar mecanismos para defender suas crenças e ainda justificar ou corrigir as injustiças ocorridas, para, assim, restabelecer a justiça no mundo.

A teoria de crença no mundo justo tem em sua base o fenômeno de vitimização secundária. Em linhas gerais, vitimização secundária pode ser explicada pelo fato de uma pessoa inocente confrontar-se com o fenômeno que a vitimizou (vitimização primária) e ainda com as pessoas que convivem em seu meio e com ela própria. Esse tipo de vitimização pode assumir várias formas: minimização do sofrimento da vítima, evitação da vítima, desvalorização da vítima e culpabilização da vítima. Baseado nesses

pontos, para analisar o nível de crença de uma pessoa, deve-se levar em consideração o grau de crença do observador, a inocência da vítima e a persistência do seu sofrimento (Correia & Vala, 2003).

No processo de vitimização, o indivíduo pode buscar diversas alternativas para minimizar a queda de sua crença, como dito anteriormente. Uma delas é a possibilidade de considerar aquela vítima como não integrante de seu *mundo*. E no caso de uma pessoa que se depara com um deficiente físico, auditivo ou visual, pode surgir a necessidade de ajudar, e com a mesma intensidade, a necessidade de afastar-se dele. A pessoa considera que vivem em mundos diferentes, que o dela é justo, e o outro, não (Lerner, 1980).

Estabelecendo a correlação com o público estudado nesta pesquisa, pode-se perceber que não é tão simples virar as costas e acreditar que vivem em mundo diferentes, pois todos os dias estão lidando juntos com suas limitações, de um lado, o profissional que não consegue *curar* o paciente e, de outro, o paciente que busca se adaptar à sua limitação física.

De acordo com Dalbert (2001), a teoria de crença no mundo justo possui três importantes funções: as pessoas acreditam que serão bem tratadas por outras pessoas, há uma estrutura conceitual que permite as pessoas interpretarem os eventos pessoais de suas vidas de maneira significativa, e o bom comportamento torna-se uma obrigação pessoal. Com isso, a crença pode ser considerada um importante recurso que possibilita às pessoas lidarem, com êxito, os desafios impostos cotidianamente.

As crenças podem ser divididas em pessoais e sociais. A crença pessoal relaciona-se ao bem-estar subjetivo, afeto positivo, satisfação com a vida e baixos níveis de tensão, ou seja, a critérios internos do indivíduo. Crença social refere-se ao desejo de responder às ameaças que envolvem a diminuição da crença em um mundo justo por

outros indivíduos. As relações formadas pelas crenças pessoais e sociais emergem, independentemente de respostas socialmente aceitas, autoestima e locus de controle, pois são ingredientes que produzem a mudança nessas relações (Lipkus e colaboradores, 1996; Sutton & Douglas, 2005).

Hafer (2000) realizou dois estudos com estudantes universitários buscando avaliar até que ponto vítimas inocentes podem ameaçar a crença em um mundo justo. Para que os resultados não tivessem interferência de normas sociais, ou seja, que as pessoas devem ser condolentes com vítimas inocentes, o estudo foi construído baseando-se em teorias cognitivas da psicopatologia. A diferença entre os estudos foi o acréscimo, no segundo, de questões relacionadas à culpabilização da vítima e à negação da possibilidade da cena mostrada acontecer com o participante do estudo. Os resultados evidenciaram que vítimas inocentes podem ameaçar a crença em um mundo justo (estudo 1); que o fato aconteceu por culpa da vítima e que estariam livres de situação semelhante no futuro (estudo 2). Levantou-se ainda um questionamento se a hipótese sugerida era de fato verdadeira, ou se a injustiça observada estava relacionada à perda de controle do indivíduo envolvido na situação.

Considerando os estudos apresentados, percebe-se a relação existente entre as crenças internalizadas pelo indivíduo e a sua percepção de controle diante dos fatos vivenciados. Para maiores esclarecimentos, seguem, os conceitos inerentes ao locus de controle.

Locus de Controle

Diversas nomenclaturas podem ser encontradas para a terminologia locus de controle: percepção de controle, causa pessoal, eficácia, competência pessoal, impotência e atribuições causais. No entanto, independente de nomenclatura, percebe-se

que as definições muitas vezes se sobrepõem. Existe bastante semelhança em seus construtos, o que pode permitir os pesquisadores unirem os resultados convergentes e ainda, avaliar a metodologia utilizada que fez com que outros pontos ficassem divergentes (Lefcourt, 1991).

Para Rotter (1966), *locus de controle* não pode ser considerado unidimensional, por apresentar bipolaridade, interno e externo. O interno relaciona-se à capacidade de o indivíduo acreditar ser responsável pelos seus esforços e competências, e externo, quando suas vontades são controladas por algo ou alguém externo a ele.

Pasquali e colaboradores (1998) assinalam que a maior dificuldade encontrada no estudo sobre *locus de controle* refere-se à dificuldade de conceituação, e, ainda, de nomenclatura, do fator internalidade. Alguns o nomeiam internalidade instrumental, outros, controle pessoal, ou então controle interno e, ainda, eficácia pessoal. Essas questões dificultam a elaboração conceitual do termo, causando imprecisão e confusão em sua conceituação. Os autores ainda afirmam que *locus de controle* não deve ser definido como traço de personalidade, mas sim como um estado disposicional do indivíduo, que pode se modificar de acordo com a situação vivenciada. Consideram-no uma variável multidimensional composta por três dimensões – pessoal, social e impessoal – assim como faz Levenson (1973; 1974; 1981).

Spector e O'Connell (1994) desenvolveram uma pesquisa longitudinal com as variáveis ligadas à personalidade (afetividade negativa, *locus de controle* e personalidade tipo A) e sua relação com as variáveis encontradas no ambiente de trabalho (autonomia, ambigüidade de papel, conflito de papel, carga de trabalho, constrangimento organizacional, conflito interpessoal, satisfação no cargo, ansiedade, frustração e sintomas somáticos). No tempo 1, os participantes estavam cursando graduação e não trabalhavam, e, nesse momento, foram aplicados questionários

relacionados à personalidade. No tempo 2, os participantes já haviam concluído o curso de graduação e trabalhavam em período integral, sendo aplicados questionários relacionados ao ambiente de trabalho.

Focando-se nos resultados ligados à variável *locus de controle*, percebeu-se que ela se correlaciona significativamente com as variáveis *autonomia*, *ambiguidade de papel*, *conflito de papel*, *conflito interpessoal*, *satisfação no cargo* e *ansiedade*. Os participantes com elevado nível de *locus de controle interno* apresentaram baixos níveis de estresse no trabalho, estavam mais satisfeitos com o cargo ocupado e apresentaram baixo nível de *ansiedade*, em detrimento dos participantes com elevado nível de *locus de controle externo*, que estavam insatisfeitos com o cargo que ocupavam e tinham elevado nível de *ansiedade*.

A partir do exposto, o objetivo geral deste trabalho foi investigar as relações entre *crença no mundo justo*, *locus de controle* e *bem-estar subjetivo*. A literatura aqui discutida nos permite formular quatro hipóteses:

- a) deve existir uma relação positiva entre a adesão à *crença no mundo justo* e o *bem-estar subjetivo*;
- b) deve existir uma relação negativa entre a adesão à *crença no mundo justo* e o *bem-estar subjetivo*;
- c) deve existir uma relação positiva entre *locus de controle interno* e o *bem-estar subjetivo*;
- d) deve existir uma relação negativa entre *locus de controle externo* e o *bem-estar subjetivo*.

Método

4.1 Participantes

Participaram deste estudo 146 trabalhadores da área da saúde ligados ao Crer, representando 81,1% do universo pesquisado.

Desses, 26,7% eram homens e 73,3% mulheres. A idade média dos participantes foi de 33,21 anos (DP= 6 anos), com mínima de 21 anos e máxima de 50 anos. As mulheres eram significativamente mais velhas que os homens ($M_{mulheres}=34,13$ anos, $M_{homens}=30,69$ anos, $t(143)=-3,14$, $p.<0,002$).

Tabela 1: Porcentagens de participantes em cada categoria profissional pesquisada

<i>Categoria profissional</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
Fisioterapia	37	25,7
Fonoaudiologia	18	12,5
Terapia ocupacional	15	10,4
Enfermagem	14	9,7
Psicologia	7	4,9
Serviço social	7	4,9
Educação física	2	1,4
Arteterapia	1	0,7
Musicoterapia	1	0,7
Técnico de enfermagem	42	29,2
Em branco	2	1,4
Total	146	100

No que se refere às características profissionais dos participantes, a Tabela 1 mostra que 70,8% tinham curso superior. A categoria com o maior número de pessoas, com curso superior, foi a fisioterapia (25,7%) e o menor número de participantes estava na arteterapia e na musicoterapia, com 0,7%. A única categoria profissional de nível médio foi técnico em enfermagem, que teve 29,2% dos participantes. Os participantes têm em média 9,03 anos de formados e trabalham na profissão há 8,69 anos. Em média, os participantes trabalham no Crer há 4,19 anos, sendo que as mulheres trabalham há mais tempo ($M_{mulheres}=4,52$ anos, $M_{homens}= 3,25$ anos, $t(143)=-3,47$, $p.<0,001$).

4.2 Instrumentos

O questionário utilizado era formado pelas seguintes questões:

a) dados sócio-demográficos: sexo, idade, curso de formação, tempo de formado, tempo de atuação na profissão, tempo de atuação no Crer;

b) escala de bem-estar físico e psicológico, utilizada nos estudos de Ferreira e Torres (2001), Lima Paula e Torres (2001) e Rabelo e Torres (2005), composta de 32 itens em formato Likert (1970), variando de 1 (sempre percebe essa situação) a 7 (nunca percebe essa situação);

c) escala de locus de controle especialmente desenvolvida para este trabalho, baseada no instrumento desenvolvido por Rotter (1966) e aprimorado por Levenson (1973; 1974; 1981), composta de 16 itens em formato Likert (1970), variando de 1 (concordo plenamente) a 7 (discordo plenamente);

d) escala de crença no mundo justo especialmente desenvolvida para este trabalho, com base no instrumento desenvolvido por Lemes (2004) e utilizado por Torres e Faria (2008), composta de 18 itens em formato Likert (1970), variando de 1 (concordo plenamente) a 7 (discordo plenamente).

4.3. Procedimento

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Associação de Combate ao Câncer em Goiás, protocolo n. 014/09, e os participantes do estudo, após os esclarecimentos iniciais, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os questionários foram respondidos, individualmente, em aplicações coletivas, no local e horário de trabalho dos participantes. Os profissionais levaram em média 20 minutos para respondê-los.

Resultados

Inicialmente, para investigar a estrutura, validade e fidedignidade das escalas utilizadas, calcularam-se análises fatoriais para cada uma separadamente.

Como aconteceu em outros trabalhos (Ferreira & Torres, 2001; Lima Paula & Torres, 2001; Rabelo & Torres, 2005), os itens da escala do bem-estar resultaram em um único fator, responsável por 36,66% da variância explicada dos itens. Esse fator teve o KMO = 0,89 e o teste de esfericidade de Bartlett = 2690,145, $p < 0,001$. O alfa de Cronbach foi de 0,94, índice considerado excelente. Ressalte-se que esses resultados são semelhantes aos dos outros trabalhos citados que utilizaram essa mesma escala. Esses itens foram aglutinados em uma única variável denominada de índice de bem-estar.

O mesmo procedimento foi realizado com os itens da escala de locus de controle (Tabela 2). A melhor solução para esses itens foi a de dois fatores, com KMO = 0,25 e teste de esfericidade de Bartlett = 309,30, $p < 0,001$. O fator 1 explica 16,35% da variância dos itens e o fator 2 é responsável por 14,28%, perfazendo o total de 30,63%. Dois itens foram retirados desse resultado por não alcançarem a carga fatorial maior que 0,30. O primeiro fator aglutinou os itens referentes ao locus de controle interno e obteve o alfa de Cronbach igual a 0,56, índice considerável um pouco abaixo do aceitável. O fator 2 é formado pelos itens relacionados ao locus de controle externo e seu alfa foi igual a 0,60, considerado aceitável. Esses itens foram aglutinados em duas variáveis denominadas respectivamente de locus de controle interno e locus de controle externo.

Tabela 2: Cargas fatoriais dos itens da escala de Locus de controle.

Itens	Cargas Fatoriais Fator 1: locus interno	Cargas Fatoriais Fator 2: locus externo
Na grande maioria das vezes, se o paciente apresenta uma queda no seu desenvolvimento, o cuidador não deve ter seguido as orientações repassadas pelo terapeuta.	0,62	
Quando busco aperfeiçoamento profissional, me sinto mais seguro para realizar um atendimento.	0,62	
Quando recebo um novo paciente, na maioria das vezes, sinto que o tempo do seu tratamento depende muito do meu desempenho profissional.	0,59	
Na grande maioria das vezes, se o paciente não melhora, é porque ele não segue os procedimentos corretamente.	0,53	
Sinto-me realizado quando percebo que o meu trabalho proporcionou a melhora do meu paciente.	0,47	
A inexistência de um protocolo de atendimento dificulta a elaboração de um plano de tratamento.	0,40	
Não me incomodam os questionamentos acerca da evolução de um paciente, pois tenho convicção da qualidade do tratamento que ofereço.	0,39	

Não temos conseguido prestar um bom atendimento ao paciente, em virtude da falta de profissionais.		0,74
Tenho tantas atividades profissionais que não encontro tempo para discutir novos casos com meus colegas.		0,63
Frequentemente, o paciente não consegue melhorar porque falta equipamento adequado para seu tratamento.		0,52
Se eu percebo que o paciente não tem perfil da clientela do CRER, não tenho nenhum constrangimento em explicar isso a ele.		-0,45
Quando não percebo evolução de um paciente, sinto que é de minha responsabilidade procurar alternativas para seu tratamento.		-0,45
Não consigo realizar o atendimento ao paciente, quando me faltam informações sobre seu quadro clínico.		0,43
A falta de tempo não me impede de buscar melhoras para o atendimento ao paciente.		-0,44

A Tabela 3 contém os resultados da análise fatorial dos itens da escala de crença no mundo justo. A melhor solução para esses itens foi a de dois fatores, com KMO=0,61 e teste de esfericidade de Bartlett = 351,400, p.<0,01. O fator 1 explica

14,31% da variância dos itens e o fator 2 explica 12,33%, perfazendo o total de 26,64% da variância explica dos itens. O fator 1 aglutinou os itens de alta crença no mundo justo e obteve o alfa de Cronbach de 0,57. O fator 2 é formado pelos itens de baixa crença e seu alfa foi igual a 0,48. Três itens foram excluídos das análises por não alcançarem a carga fatorial igual a 0,30. Esses dois índices estão abaixo do aceitável como índices de fidedignidade. No entanto, optou-se por mantê-los e interpretar os resultados à luz das obras anteriormente discutidas. Esses itens foram aglutinados em duas variáveis denominadas respectivamente de alta crença no mundo justo e baixa crença no mundo justo.

Tabela 3: Cargas fatoriais dos itens da escala de Crença no mundo justo

Itens	Cargas Fatoriais	
	Fator 1: Alta crença no mundo justo	Fator 2: Baixa crença no mundo justo
Se tiver um filho com deficiência física é porque fiz por merecer.	0,51	
Na grande maioria das vezes, quando atendo uma criança vítima de acidente, seus pais são os responsáveis.	0,39	
Por acreditar na justiça, sei que não terei filhos com limitações físicas.	0,33	
Acho mais difícil atender homens que sofreram AVC e ficaram com sequelas, do que mulheres na mesma condição.	0,40	
Prefiro atender crianças com paralisia	0,58	

cerebral à que tenham apenas sequelas físicas, mas nenhum comprometimento mental.		
Acredito que todo paciente é responsável por sua deficiência, independente se congênita ou adquirida.	0,55	
Ter um filho com deficiência é uma forma dos pais serem castigados.	0,50	
As pessoas que se tornam deficientes estão pagando por algo que fizeram no passado.	0,51	
Quando atendo uma criança com limitações profundas, penso que o mundo é injusto.		0,69
Mesmo quando atendo uma criança com grandes necessidades especiais, eu penso que, de alguma forma, a situação dela tem uma razão de ser.		-0,30
Os bons pais não merecem um filho com limitações físicas.		0,41
Acho mais difícil atender uma criança com dificuldades de nascença, do que um adulto que sofreu um acidente.		0,41
Não me incomoda o fato de atender pacientes com limitações físicas, pois eles não fazem parte da minha vida pessoal.		-0,31
Saber que uma criança com paralisia		0,56

cerebral não terá chances de andar, me faz acreditar na injustiça.		
Meu sofrimento aumenta quando percebo que meu paciente não consegue lidar com sua limitação física.		0,33

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva das cinco variáveis criadas a partir das análises fatoriais. Como se pode observar, o índice de bem-estar dos participantes é elevado, com média igual a 5,50. O nível de adesão à alta crença no mundo justo é bastante elevado, com média igual a 6,18. Já o índice de baixa crença no mundo justo está um pouco acima do ponto médio da escala, com média igual a 4,89. O locus de controle externo também está acima do ponto médio da escala, com média igual a 4,90 e o locus de controle interno foi o que apresentou menor adesão com média igual a 3,23.

Tabela 4: Médias (e desvio padrão) das variáveis formadas a partir das análises fatoriais.

Variáveis	Médias (desvio padrão)
Locus de controle interno	3,23 (0,82)
Locus de controle externo	4,90 (1,01)
Alta crença no mundo justo	6,18 (0,65)
Baixa crença no mundo justo	4,89 (0,81)
Índice de bem-estar	5,50 (0,87)

Investigando as relações entre crença no mundo justo e locus de controle, calculamos o r de Pearson entre cada par dessas variáveis, mas todos os resultados foram não significativos, o que quer dizer que são construtos independentes.

O próximo passo na análise dos resultados encontrados foi investigar, por meio de uma regressão múltipla (Tabela 5), as relações existentes entre o índice de bem-estar, os diferentes níveis de adesão à crença no mundo justo e os diferentes tipos de locus de controle.

Tabela 5: Regressão múltipla tendo como variável critério o índice de bem-estar e como variáveis antecedentes os índices de crença no mundo justo e locus de controle

	Bem-estar		
	Beta	t	p. <
Locus interno	-0,16	-2,05	0,05
Locus externo	0,36	4,68	0,001
Alta crença no mundo justo	0,12	1,52	n.s
Baixa crença no mundo justo	0,12	1,54	n.s.
Coefficiente de Regressão	R= 0,45		
Variância Explicada	R ² = 0,20; R ² _{ajustado} = 0,18		
Significância do modelo	F (4/135)= 8,72, p.< 0,001		

Como se pode observar na Tabela 5, a crença no mundo justo não teve nenhuma influência no bem-estar dos trabalhadores da área da saúde do Crer. No que se refere ao locus de controle interno, sua relação foi negativa: quanto maior a percepção que o trabalhador tem que o resultado do seu trabalho depende do seu próprio empenho,

menor o seu bem-estar. Com o *l*ocus de controle externo, a relaça \tilde{e} o \acute{e} inversa: quanto maior a percep \tilde{c} ao que os participantes t \acute{e} m de que o resultado do seu trabalho depende de outros fatores, al \acute{e} m do pr \acute{o} prio esfor \tilde{c} o, maior o seu bem-estar.

Discuss \tilde{a} o

A proposta deste trabalho foi analisar o bem-estar dos trabalhadores da sa \acute{u} de vinculados ao Centro de Reabilita \tilde{c} ao e Readapta \tilde{c} ao Dr. Henrique Santillo (Crer), relacionando-o com a ades \tilde{a} o \grave{a} cren \tilde{c} a no mundo justo e com o *l*ocus de controle. Considerando os estudos revisados, partimos do pressuposto que os participantes que apresentassem alta cren \tilde{c} a no mundo justo teriam, conseq \tilde{u} entemente, alto n \acute{i} vel de bem-estar e o inverso tamb \acute{e} m aconteceria, baixa cren \tilde{c} a no mundo justo, baixo n \acute{i} vel de bem-estar. Quanto a rela \tilde{c} ao entre *l*ocus de controle e bem-estar, os participantes com *l*ocus de controle interno apresentariam alto n \acute{i} vel de bem-estar e aqueles com *l*ocus de controle externo, baixo n \acute{i} vel de bem-estar.

De uma maneira geral, os participantes deste estudo apresentam alto n \acute{i} vel de bem-estar, baixo *l*ocus de controle interno, alto *l*ocus de controle externo, alta cren \tilde{c} a no mundo justo e baixa cren \tilde{c} a no mundo justo.

Um resultado que chama aten \tilde{c} ao, por ser contradit \acute{o} rio ao previsto pelos estudos revisados, \acute{e} a rela \tilde{c} ao positiva entre *l*ocus de controle externo e bem-estar e a rela \tilde{c} ao negativa entre *l*ocus de controle interno e bem-estar (Tabela 5). No entanto, em uma an \acute{a} lise mais pr \acute{o} xima podemos perceber que esses resultados n \tilde{a} o s \tilde{a} o incongruentes. At \acute{e} agora, os estudos que relacionam *l*ocus de controle e bem-estar falam da percep \tilde{c} ao que o indiv \acute{i} duo tem de ter controle/responsabilidade por sua sa \acute{u} de. No nosso caso, est \acute{a} vamos falando da percep \tilde{c} ao de sua efic \acute{a} cia profissional. Ou seja, o tanto que ele se percebe respons \acute{a} vel pela melhora de seu paciente.

Como o paciente atendido no Crer apresenta uma condição, até certo ponto, limitada em ganhos funcionais, se torna difícil para o profissional assumir, isoladamente, a responsabilidade pela melhora do paciente. Por isso, o compartilhamento de responsabilidades acaba sendo a saída mais eficaz, assim como a mais saudável.

Tendo como foco a manutenção da saúde dos participantes, esse resultado sem dúvidas é o mais eficaz, porém, ao analisar no âmbito organizacional, empresas que possuem em seu quadro de pessoal, profissionais com elevado lócus de controle externo, podem apresentar dificuldades como, elevada culpabilização de terceiros (estrutura física, seu gestor ou ainda colegas de trabalho) no desenvolvimento de seu trabalho, responsabilizando-os pelos seus insucessos. Assim como, de maneira mais ampla, o não interesse dos profissionais em buscar meios de auxiliar a empresa em sua autosustentabilidade (situação almejada pela alta direção da instituição em tela nesse estudo).

No que se refere à falta de resultados significativos na relação entre crença no mundo justo e bem-estar, temos três hipóteses explicativas. A primeira refere-se à problemas na mensuração desse construto, haja vista que os índices de fidedignidade, medidos pelo alfa de Cronbach, foram muito baixos.

A segunda, de cunho mais teórico, refere-se à própria conceituação de crença no mundo justo. Nos estudos revisados, esse construto é mensurado em relação à organização da sociedade/mundo como um todo. Como se pode observar na definição de Lerner (1980), em que as pessoas que têm internalizada a crença no mundo justo são aquelas que acreditam que o que se recebe ocorre por mérito, assim como, quando são castigadas, também o são por merecimento.

No entanto, neste estudo, a crença no mundo justo foi mensurada em um nível mais individual, por falarmos de pacientes concretos, com os quais os participantes lidam diariamente. Nos estudos revisados, fala-se de situações genéricas, abstratas e hipotéticas.

Podemos dizer ainda que as questões elaboradas são constituídas de uma perspectiva situacional, fazendo com que as avaliações elaboradas pelos participantes passem do *status* de fantasia para uma possibilidade concreta em que se tornar realidade. E isso pode ser confirmado na teoria de vitimização secundária, em que a reação do indivíduo está diretamente relacionada ao reconhecimento dessa vítima como pertencente ao seu mundo. Levando-o a crer que a mesma situação também pode acontecer com ele (Novak & Lerner, 1968). Fato que não se encontra em escalas que tratam de assuntos generalizados, sem uma correlação direta com os respondentes. Ressalta-se a importância desses três aspectos levantados serem investigados em trabalhos futuros.

Quanto ao resultado obtido na avaliação de crença no mundo justo, e comparando ao estudo realizado por Tomaka e Blascovich (1994), poderíamos fazer um paralelo. No estudo citado, os participantes que apresentaram elevada crença no mundo justo avaliaram situações estressantes diárias como algo desafiador. Como os profissionais atuantes no Crer lidam com uma limitação em sua atuação profissional, isso pode ser considerado como algo estressante. E esses profissionais possuem um elevado nível de crença no mundo justo (tabela 4). Poderíamos então considerar que esses profissionais consideram seu trabalho como algo desafiador? Esse questionamento com certeza pode ser o início de um novo estudo.

Tomados em conjunto, esses resultados parecem mostrar o dilema afetivo e profissional que os participantes vivenciam. Eles não *podem* se vincular ao paciente,

pois irá impactar negativamente em sua saúde. No entanto, esse vínculo pode favorecer a melhora do paciente. Portanto, o grande desafio para os profissionais do Crer é desenvolver laços afetivos com seu público alvo e, ao mesmo tempo, não sofrer com isso. Sem dúvida, esse é o desafio para os gestores também: promover um ambiente de trabalho mais saudável onde isso possa ocorrer.

Uma alternativa para minimizar o sofrimento gerado pelo desenvolvimento de laços afetivos entre profissionais e pacientes, pode ser a disponibilização de psicólogo para conduzir grupos, ou ainda atendimento individual, que tenha como foco a elaboração dos sentimentos surgidos no decorrer do atendimento ao paciente, assim como tornar consciente o reconhecimento e a aceitação de suas limitações no âmbito de sua atuação profissional. Ressalta-se a importância desse psicólogo não dividir seu tempo de trabalho entre o atendimento aos profissionais e o atendimento ao paciente do Crer. Essa condição poderia trazer à tona os mesmos sentimentos que levaram esses profissionais a buscarem o acompanhamento psicológico.

Referências

- Abbad, G., & Meneses, P. P. M. (2004). Locus de controle: validação de uma escala em situação de treinamento. *Estudos psicológicos*, 9 (3), 441-450.
- Abella, R., & Heslin, R. (1984). Health, locus of control, values, and the behavior of family and friends: an integrated approach to understanding preventive health behavior. *Lawrence Erlbaum Associates, Inc.*, 5 (4), 283-293.
- Abramson, L. Y., Seligman, M. E. P., & Teasdale, J. D. (1978). Learned helplessness in humans. *Journal of Abnormal Psychology*, 87, 49-74.
- Adoric, V. C., & Kwartuc, T. (2007). Effects of mobbing on justice beliefs and adjustment. *European Psychologist*, 12 (4), 261-271.
- Albuquerque, A. S., & Tróccoli, B. T. (2004). Desenvolvimento de uma escala de bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), 153-164.
- Andrisani, P. J., & Nestel, G. (1976). Internal-external control as contributor to and outcome of work experience. *Journal of Applied Psychology*, 61, 156-165.
- Argyle, M., & Martin, M. (1991). The psychological causes of happiness. In *Subjective Well being an interdisciplinary perspective* (pp. 77-99). Oxford: Pergamon Press.
- Aubé, C., Rousseau, V., & Morin, E. M. (2007). Perceived organizational support and organizational commitment: the moderating effect of locus of control and work autonomy. *Journal of Managerial Psychology*, 22 (5), 479-495.
- Bobocel, D. R., & Hafer, C. L. (2007). Justice motive theory and the study of justice in work organizations: a conceptual integration. *European Psychologist*, 12 (4), 283-289.

- Brebner, J., Donaldson, J., Kirby, N., & Ward, L. (1995). Relationships between happiness and personality. *Personality and Individual Differences, 19* (2), 251-258.
- Brickman, P., Coates, D., & Janoff-Bulman, R. (1978). Lottery winners and accident victims: is happiness relative? *Journal Perspective Social Psychology, 36* (8), 917-927.
- Campbell, A. (1976). Subjective measures of well being. *American Psychologist, 31*, 117-124.
- Chan, R., & Joseph. S. (2000). Dimensions of personality, domains of aspiration, and subjective well-being. *Personality and Individual Differences, 28*, 347-354.
- Chen, J.-C., & Silverthorne, C. (2008). The impact of locus of control on job stress, job performance and job satisfaction in Taiwan. *Leadership & Organization Development Journal, 29* (7), 572-582.
- Chiuzi, R. M. (2006). As dimensões da organização positiva e seus impactos sobre o bem-estar dos trabalhadores. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Correia, I., & Vala, J. (2003). Crença no mundo justo e vitimização secundária: o papel moderador da inocência da vítima e da persistência do sofrimento. *Análise Psicológica, 3* (XXI), 341-352.
- Covacs, J. M. L. M. (2006). *Bem-estar no trabalho: o impacto dos valores organizacionais, percepção de suporte organizacional e percepções de justiça*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo.
- Crocken, J., & Neur, N. (2004). Do people need self-esteem? *Psychological Bulletin, 130*, 469-472.

- Dalbert, C. (2001). *The justice motive as a personal resource: dealing with challenges and critical life events*. New York: Plenum Press.
- Daniels, K. (2000). Measures of five aspects of affective well-being at work. *Human Relations, 53*, 275-294.
- Dela Coleta, M. F. (1987). Escala multidimensional de locus de controle de Levenson. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 39* (2), 79-97.
- Dela Coleta, M. F. (2003). Escalas para medida das crenças em saúde: construção e validação. *Avaliação Psicológica, 2* (2), 111-122.
- Diener, E. (1984). Subjective well being. *Psychological Bulletin, 95*, 542-575.
- Diener, E., Sandvik, E., & Pavot, W. (1991). Happiness is the frequency, not the intensity, of positive versus negative affect. In *Subjective well being an interdisciplinary perspective* (pp. 119-139). Oxford: Pergamon Press.
- Diener, E., Scollon, C. N., & Lucas, R. E. (2003). The evolving concept of subjective well-being: the multifaceted nature of happiness. *Advances in Cell Aging and Gerontology, 15*, 187-219.
- Diener, E., & Suh, E. (1997). Measuring quality of life: economic, social, and subjective indicators. *Social Indicators Research, 40*, 189-216.
- Dubin, R. (1956). Industrial workers' worlds: A study of the central life interests of industrial workers. *Social Problems, 3*, 131-142.
- Feather, N. T. (1966). Effects of prior success and failure on expectations of success and failure. *Journal of Personality and Social Psychology, 3*, 287-298.
- Ferreira, M. C. P.; & Torres, A. R. R. (2001). Bancários portadores de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e identidade profissional. *Estudos (Goiânia)*, 28 (4), 746-781.
- Freud, S. (1930). *Civilization and its discontents*. London: The Hogarth Press.

- Furnham, A., & Procter, E. (1989). Belief in a just world: review and critique of the individual difference literature. *British Journal of Social Psychology*, 28, 365-384.
- Furnham, A. (1991). Work and leisure satisfaction. In *Subjective well being an interdisciplinary perspective* (pp. 235-259). Oxford: Pergamon Press.
- Hafer, C. L. (2000). Do innocent victims threaten the belief in a just world? Evidence from a modified stroop task. *Journal of Personality and Social Psychology*, 79(2), 165-173.
- Headey, B., & Wearing, A. (1991). Subjective well being: a stocks and flows framework. In *Subjective well being an interdisciplinary perspective* (pp. 49-73). Oxford: Pergamon Press.
- Heider, F. (1970). *Psicologia das relações interpessoais*. (D. M. Leite, Trad.). São Paulo: Pioneira. (Original publicado em 1958).
- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment: a social-psychological analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jones, E. E., & Nisbett, E. R. (1972). The actor and the observer: divergent perceptions of the causes of behavior. In *Attribution: perceiving causes of behavior* (pp. 79-94). Morristown, New Jersey: General Learning.
- Keyes, C. L. M. (1998). Social well-being. *Social Psychology Quarterly*, 61 (2), 121-140.
- Lawler, E. E. III, & Hall, D. T. (1970). Relationship of job characteristics to job involvement, satisfaction and intrinsic motivation. *Journal of Applied Psychology*, 54, 305-312.
- Lefcourt, H. M. (1991). Locus of control. In *Measures of personality and social psychological attitudes* (pp. 413-499). San Diego, California: Academic Press.

- Lemes, L. M. S. (2004). *Crença na justiça social e admiração pelas celebridades: um estudo exploratório*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.
- Lerner, M. J. (1980). The belief in a just world. In *The belief in a just world: a fundamental delusion* (pp. 9-30). New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (1998). The two forms of belief in the just world: some thoughts on why and how people care about injustices. In *Responses to victimizations and beliefs in the just world* (pp. 247-270). New York: Plenum Press.
- Lerner, M. J. (2002). Pursuing the justice motive. In *The justice motive in everyday life* (pp. 10-37). Cambridge University Press.
- Levenson, H. (1973). Perceived parental antecedents of internal, powerful others, and chance locus of control orientations. *Development Psychology*, 9 (2), 268-274.
- Levenson, H. (1974). Activism and powerful others: distinctions within the concept of internal-external control. *Journal of Personality Assessment*, 38, 377-383.
- Levenson, H. (1981). Differentiating among internality, powerful others, and chance. In *Research with the locus of control construct* (pp. 15-63). New York: Academic Press.
- Likert, R. (1970). The technique for the measurement of attitudes. In *Attitudes measurement* (pp. 149-158). London: Kershaw.
- Lima Paula, M. A. P.; & Torres, A. R. R. (2001). Identidade social e o envolvimento em acidentes de trânsito. *Estudos (Goiânia)*, 28 (4), 717-747.
- Lipkus, I. M., Dalbert, C., & Siegler, I. C. (1996). The importance of distinguishing the belief in a just world for self versus for others: implications for psychological well-being. *Society for Personality and Social Psychology*, 22 (7), 666-677.

- Lykken, D., & Tellegen, A. (1996). Happiness is a stochastic phenomenon. *Psychological Science, 7*, 186-189.
- Maes, J. (1998). Eight stages in the development of research on the construct of belief in a just world?. In *Responses to Victimizations and Belief in a Just World*. New York: Plenum Press.
- McCrae, R. R., & Costa Jr., P. T. (1994). The stability of personality: observations and evaluations. *Current Directions in Psychological Science, 3*, 173-174.
- Moreira-Almeida, A., & Koenig, H. G. (2006). Retaining the meaning of the words religiousness and spirituality: a commentary on the WHOQOL SRPB groups "a cross-cultural study of spirituality, religions, and personal beliefs as components of quality of life". *Social Science and Medicine, 63*, 843-845.
- Mortimer, J. T., & Lorence, J. (1979). Occupational experience and the self-concept: a longitudinal study. *Social Psychology Quarterly, 42* (4), 307-323.
- Nascimento, S. H. (2006). *As relações entre inteligência emocional e bem-estar no trabalho*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Noe, R. A. (1986). Trainee`s attributes and attitudes: neglected influences on training effectiveness. *Academy of Management Review, 11* (4), 736-749.
- Novak, D. W., & Lerner, M. J. (1968). Rejection as a consequence of perceived similarity. *Journal of Personality and Social Psychology, 9*, 147-152.
- Otto, K., & Schmidt, S. (2007). Dealing with stress in the workplace: compensatory effects of belief in a just world. *European Psychologist 12* (4), 272-282.
- Ozment, J. M., & Lester, D. (2001). Helplessness, locus of control, and psychological health. *The Journal of Social Psychology, 141* (1), 137-138.

- Paschoal, T., & Tamayo, A. (2008). Construção e validação da escala de bem-estar no trabalho. *Avaliação Psicológica*, 7 (1), 11-22.
- Pasquali, L., Alves, A. R., & Pereira, M. A. M. (1998). Escala de locus de controle ELCO/TELEBRÁS. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 363-378.
- Paz, M. G. T. (2004). Poder e saúde organizacional. In *Cultura e saúde nas organizações* (pp. 127-154). Porto Alegre: Artmed.
- Peiró, J. M., González-Romá, V., Meliá, J. L., & Zalbidea, M. A. (1992). Estrés de rol y bienestar psicologico en el trabajo. In *Influencias sociales y psicologicas en la salud mental* (pp. 121-142). Madri: Siglo XXI.
- Rabelo, I. V. M.; Torres, A. R. R. (2005). Trabalhadores em saúde mental: relações entre práticas profissionais e bem-estar físico e psicológico. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 25 (Xx), 614-625.
- Rahim, M. A., & Psenicka, C. (1996). A structural equations model of stress, locus of control, social support, psychiatric symptoms, and propensity to leave a job. *The Journal of Social Psychology* 136, 69-84.
- Riipinen, M. (1996). The relation of work involvement to occupational needs, need satisfaction, locus of control, and affect. *The Journal of Social Psychology*, 136, 291-303.
- Rodrigues, D. M., & Pereira, C. A. A. (2007). A percepção de controle como fonte de bem-estar. *Estudos e Pesquisas Psicológicas*, 7 (3), 0-0.
- Rotter, J. B. (1966). Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement. *Psychological Monographs*, 80, (1, Whole n. 609).
- Scientific Electronic Library Online. *Saúde do Trabalhador* [On-line]. Disponível: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 out. 2009.
- Seligman, M. E. P. (1975). Helplessness. San Francisco: Freeman.

- Seligman, M. E. P. & Csikszentmihalyi, M. (2000). Positive psychology: an introduction. *American Psychologist*, 55, 5-14.
- Shrauger, J. S. (1975). Responses to evaluation as a function of initial self-perception. *Psychological Bulletin*, 82, 581-596.
- Silva, M. Z. A. (1994). A eudaimonia em Aristóteles ou qual felicidade nos é dado alcançar. *Revista Tempo da Ciência*, 1 (1), 41-49.
- Silvester, J., Anderson-Gough, F. M., Anderson, N. R., & Mohamed, A. R. (2002). Locus of control, attributions and impression management in the selection interview. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 75 (1), 59-77.
- Siqueira, M. M. M., & Padovam, V. A. R. (2008). Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24 (2), 201-209.
- Spector, P. E. (1982). Behavior in organizations as a function of employee's locus of control. *Psychological Bulletin*, 91, 482-497.
- Spector, P. E. (1986). Perceived control by employees: A meta-analysis of studies concerning autonomy and participation at work. *Human Relations*, 30, 1005-1016.
- Spector, P. E. (1988). Development of the work locus of control scale. *Journal of Occupational Psychology*, 61, 335-340.
- Spector, P. E., & O'Connell, B. J. (1994). The contribution of personality traits, negative affectivity, locus of control and type A to the subsequent reports of job stressors and job strains. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 67, 1-11.

- Strack, F., Argyle, M., & Schwarz, N. (1991). Introduction. In *Subjective well being an interdisciplinary perspective* (pp. 1-3). Oxford: Pergamon Press.
- Sutton, R. M., & Douglas, K. M. (2005). Justices for all, or just for me? More support for the self-other distinction in just-world beliefs. *Personality and Individual Differences, 32*, 637-645.
- Sutton, R. M., & Winnard, E. J. (2007). Looking ahead through lenses of justice: the relevance of just-world beliefs to intentions and confidence in the future. *British Journal of Social Psychology, 46*, 649-666.
- Tamayo, A. (1989). Validade fatorial da escala de Levenson de lócus de controle. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 5* (1), 111-122.
- Tamayo, A. (2004). Introdução. In *Cultura e saúde nas organizações* (pp. 11-16). Porto Alegre: Artmed.
- Tomaka, J., & Blascovich, J. (1994). Effects of justice beliefs on cognitive appraisal of and subjective, physiological, and behavioral responses to potential stress. *Journal of Personality and Social Psychology, 67* (4), 732-740.
- Torres, A. R. R.; & Faria, M. R. G. V. (2008). Creencia en un Mundo Justo y Prejuicios: el caso de los homosexuales con VIH/SIDA. *Interamerican Journal of Psychology, 42* (3), 407-410.
- Van Horn, J. E., Taris, J. W., Schaufeli, W. B., & Scheurs, P. J. G. (2004). The structure of occupational well-being: a study among Dutch teachers. *Journal of Occupational Psychology, 77*, 365-375.
- Veenhoven, R. (1991). Questions on happiness: classical topics, modern answers, blind spots. In *Subjective well being an interdisciplinary perspective* (pp. 7-25). Oxford: Pergamon Press.

- Veenhoven, R. (1996). Happy life-expectancy: a comprehensive measure of quality-of-life in nations. *Social Indicators Research, 39*, 1-58.
- Veenhoven, R. (2003). Happiness. *The Psychologist, 16*, 128-129.
- Warr, P. (1987). *Work unemployment and mental health*. Oxford: Clarendon Press.
- Warr, P. (2003). Well-being and the workplace. In *Well-being: the foundations of hedonic psychology* (pp. 392-412). New York: Russel Sage Foundation.
- Warr, P. (2007). *Work, happiness and unhappiness*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Wenzel, S. L. (1993). Gender, ethnic group, and homelessness as predictors of locus of control among job training participants. *The Journal of Social Psychology, 133* (4), 495-505.
- Wiley, M. G., Crittenden, K. S., & Birg, L. D. (1979). Why a rejection? Causal attribution of a career achievement event. *Social Psychology Quarterly, 42* (3), 214-222.
- Wolfradt, U., & Dalbert, C. (2003). Personality, values and belief in a just world. *Personality and Individual Differences, 35*, 1911-1918.